

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2021 testemunhou o princípio da superação da pandemia de Covid-19. Apesar do mundo ter vivido as ondas mais letais da pandemia, também foi o ano em que as vacinas começaram a ser amplamente disseminadas (ainda que com enorme heterogeneidade, em termos globais). A combinação de vacinação e contaminação prévia tem proporcionado uma proteção importante à população, ainda que novas variantes continuem surgindo, como foi o caso da Delta e, mais recentemente, da Ômicron. Olhando a evolução da pandemia ao longo de 2021, fica claro o alívio gradual vivenciado pelos sistemas de saúde e a retomada da mobilidade. Deve-se notar, no entanto, que este movimento não é uniforme: em alguns países, há maior resistência à vacinação; em outros, há falta de vacinas. Apesar de grandes avanços na superação da pandemia, ainda não se pode dizer que seus impactos econômicos tenham sido totalmente superados em 2021.

A gradativa normalização das atividades não foi suficiente para reverter o movimento de consumo de bens muito superior ao consumo de serviços. Três fatores contribuíram para manter a demanda por bens historicamente elevada durante todo o ano:

- i) os pacotes de estímulos, tanto fiscais quanto monetários, auxiliaram na manutenção da renda e consumo total em 2020 e início de 2021, apesar do aumento substancial da poupança das famílias. Este fenômeno foi reforçado nos EUA em 2021, com os pacotes de recomposição de renda efetuados no início do mandato de Biden;
- ii) a normalização incompleta do consumo de serviços: num ambiente de manutenção de renda, o que não foi direcionado à poupança foi, por exclusão, consumido; como em boa parte do ano as restrições à mobilidade e os temores relativos à pandemia ainda vigoravam, o deslocamento da demanda aos padrões pré-pandemia foi incompleto;

iii) a readequação dos níveis de estoques ótimos: os gargalos de produção enfrentados ao longo de 2020 continuaram restringindo a oferta em 2021 e a resposta encontrada por fabricantes e varejistas foi elevar seus estoques, de matérias primas a produtos acabados, elevando ainda mais a demanda global.

Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelos *lockdowns* e pelas descontinuidades nas cadeias de insumos. Houve progresso na normalização das cadeias, porém é um processo que apenas se iniciou em 2021 e deve se completar apenas em meados de 2022.

A consequência desta normalização incompleta da economia em 2021, com demanda por bens ainda elevada e oferta restrita, resultou em preços mais elevados em todas as etapas da cadeia, de *commodities*, fretes, preços ao produtor e consumidor. A alta inflação, como se viu, deveu-se muito mais à incapacidade de resposta da oferta do que a um crescimento exuberante da economia.

A alta de preços de *commodities*, como seria de se esperar, repercutiu positivamente sobre as exportações brasileiras. No acumulado de 2021, as exportações somaram US\$ 280,4 bilhões, um crescimento de 34%. Com isso, o saldo comercial foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde histórico, ajudando a manter a folga nas contas externas.

No Brasil, apesar da folga nas contas externas e da alta de juros no segundo semestre, a intensificação das incertezas fiscais parece ter contribuído para a depreciação da moeda. De fato, para além do movimento esperado pela valorização do dólar frente a outras moedas, as discussões domésticas sobre a PEC dos Precatórios e alteração do teto de gastos, a fim de viabilizar o Auxílio Brasil, parecem ter sido essenciais para amplificar a pressão sobre o real no último trimestre do ano. Apesar das intervenções do BC, a piora do ambiente doméstico e externo fez com que o câmbio passasse de uma média de R\$ 5,23/US\$ no terceiro trimestre de 2021 para R\$ 5,59/US\$ no último trimestre. Em termos reais, a taxa de câmbio brasileira encerrou o ano de 2021 cerca de 35% acima da média verificada entre 2015 e 2019. A depreciação cambial combinada à alta de preços *commodities* resultou num choque inflacionário. Este choque foi visto tanto nos preços no atacado quanto nos preços ao consumidor.

A inflação bem acima da meta e acelerando, com núcleos em patamar desconfortável, fez com que o Banco Central reagisse tempestivamente. O ano se iniciou com a taxa de juros básica em 2% ao ano, mínimo histórico, porém já a partir de março o Banco Central deu partida ao ajuste da política monetária e da taxa de juros, que encerrou 2021 no patamar de 9,25% ao ano.

Apesar da alta dos juros ao longo do ano, o crédito ainda mostrou um bom desempenho em 2021, sendo uma fonte importante de sustentação do consumo. Este último ainda foi favorecido pela recuperação do mercado de trabalho e pela concessão de auxílios governamentais. O Auxílio Emergencial atingiu menos famílias em 2021 do que em 2020 e teve um ticket médio menor, reduzindo o alívio aos orçamentos familiares. Por outro lado, a população ocupada continuou abatida pelas restrições por conta da pandemia no primeiro semestre – mas mostrou uma rápida recuperação no segundo semestre, com o avanço da vacinação e melhora do quadro sanitário.

Dados esses fatores, o consumo cresceu relativamente pouco em 2021, na comparação com o patamar final de 2020. Chegou a ultrapassar o consumo de 2019, pré-pandemia, em vários meses, mas perdeu fôlego nos últimos meses do ano.

3. Desempenho operacional

A CPFL Renováveis possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHEs) e é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH/CGH e solar.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 3.067 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 48 PCHs e CGHs (475 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em

projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção: PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.670 milhões em 2021, representando um aumento de 57,0% (R\$ 1.332 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 244 milhões em 2021, representando um aumento de 74,6% (R\$ 104 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.426 milhões em 2021, representando um aumento de 55,8% (R\$ 1.228 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 2.432 milhões em 2021, representando um aumento de 66,1% (R\$ 968 milhões), devido ao aumento de 55,8% (R\$ 1.228 milhões) na receita líquida. Este resultado foi parcialmente compensado pela redução de 78,7% (R\$ 36 milhões) na equivalência patrimonial e pelos seguintes aumentos: (i) de 41,2% (R\$ 140 milhões) no custo com energia elétrica e encargos; e (ii) de 19,0% (R\$ 84 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada). decorrente aumento no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 11,1% (R\$ 12 milhões) nas despesas com Pessoal;
- ✓ Redução de 1,9% (R\$ 0,6 milhão) nas despesas com Material;
- ✓ Aumento de 8,6% (R\$ 16 milhões) nas despesas com Serviços de Terceiros;
- ✓ Aumento de 47,1% (R\$ 53 milhões) em Outros Custos/Despesas Operacionais;
- ✓ Aumento de 243,5% (R\$ 3 milhões) em Entidade de Previdência Privada.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</i>		
	2021	2020
Lucro Líquido	1.485.418	806.006
Depreciação e Amortização	671.023	599.145
Amortização Mais Valia de Ativos	64	16
Resultado Financeiro	242.047	300.404
Contribuição Social	14.599	(57.517)
Imposto de Renda	18.883	(184.247)
EBITDA	2.432.032	1.463.807

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.485 milhões em 2021, representando um aumento de 84,3% (R\$ 679 milhões), refletindo o aumento de 66,1% (R\$ 968 milhões) no EBITDA e a redução de 19,4% (R\$ 58 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 12,0% (R\$ 72 milhões) na depreciação e amortização e pela variação de R\$ 275 milhões nas contas de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Endividamento: no final de 2021, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 4.264 milhões, um aumento de 5,2%.

5. Investimentos

Em 2021, foram investidos R\$ 461 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gameleira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol de Touros e Gameleira).

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: organizado em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, se desdobra em 15 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

Relacionamento com a Comunidade: destacam-se ações com comunidades do entorno do Complexo Eólico Gameleira, realizadas por meio do Centro de Comunicação Social - CEC implantado pela empresa em novembro de 2019, visando manter uma comunicação transparente e fortalecer sua relação. As ações sociais realizadas desde a implantação do CEC abrangeram 6 comunidades no entorno do empreendimento e tiveram um investimento de cerca de R\$ 450 mil.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2021, treinamos 605 pessoas. Da base ativa de colaboradores, 45% já passou por algum treinamento. Foram 9,22 mil horas totais de treinamento, sendo dessas 4,29 mil horas de treinamento em formato online.

7. Auditores independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a EY prestou, em 2021, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 7% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a EY prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	10/03/2020	Exercício de 2021
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	10/03/2020	Exercício de 2021

Contratamos um total de R\$ 84 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 7,7% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2021 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº 381/03, a EY declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfllrenovaveis.com.br/ri.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.099	178.865	89.588	326.991
Títulos e valores mobiliários	6	18.610	7.426	474.169	308.482
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	198.541	201.793	429.455	366.476
Dividendo e juros sobre o capital próprio	11	79.898	75.907	2.474	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	19.952	10.770	26.930	17.836
Outros tributos a compensar	8	38.928	40.695	66.534	114.395
Derivativos	31	-	60.338	-	60.338
Outros ativos	10	60.609	97.892	118.148	222.367
Total do circulante		451.638	673.684	1.207.299	1.416.887
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	9.503	68.294	20.041	204.998
Coligadas, controladas e controladora	28	91.858	238.558	-	-
Depósitos judiciais	19	2.765	2.320	17.928	16.590
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	39.758	43.730	109.466	74.104
Outros tributos a compensar	8	26	-	12.217	3.580
Derivativos	31	32.724	27.741	32.724	27.741
Créditos fiscais diferidos	9	131.207	-	132.444	1.237
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	37.142	528.914	-	-
Outros ativos	10	36.328	33.560	97.218	69.732
Investimentos	11	6.876.212	6.491.017	156.602	171.129
Imobilizado	12	1.617.972	1.677.751	7.732.738	7.888.374
Intangível	13	803.352	871.559	2.354.634	2.394.934
Total do não circulante		9.678.845	9.983.445	10.666.012	10.852.418
Total do ativo		10.130.484	10.657.129	11.873.310	12.269.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	14	131.301	139.496	177.688	179.479
Empréstimos e financiamentos	15	59.622	230.111	122.422	272.016
Debêntures	16	810.993	8.294	810.993	8.294
Entidade de previdência privada	17	7.786	3.149	7.786	3.149
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	94.911	878	122.153	32.832
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	29.165	56.475	39.277	67.678
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	28	-	2.026.115	93.962	2.084.052
Dividendos	28	-	188.218	654	188.708
Contas a pagar de aquisições		11.598	9.838	11.598	9.838
Provisões	19	-	-	2.046	19.946
Obrigações estimadas com pessoal		11.593	10.423	11.593	10.423
Adiantamentos	20	30.530	98.070	410.038	444.640
Outras contas a pagar	21	45.252	40.119	58.590	75.279
Total do circulante		1.232.751	2.811.185	1.868.800	3.396.333
Não circulante					
Fornecedores	14	-	2.756	29.461	120.116
Empréstimos e financiamentos	15	424.796	468.098	763.205	686.135
Debêntures	16	357.514	1.121.326	357.514	1.121.326
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	28	2.286.517	168.367	2.116.305	-
Entidade de previdência privada	17	39.896	49.298	39.896	49.298
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	5.139	-	5.305	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-	874	839
Débitos fiscais diferidos	9	-	108.861	525.234	669.882
Provisões	19	53.538	59.916	283.205	223.388
Provisão para perda em investimento	11	-	41	-	-
Adiantamentos	20	634	786	42.870	24.626
Outras contas a pagar	21	1.019	2.093	2.675	7.308
Total do não circulante		3.169.052	1.981.542	4.166.542	2.902.917
Patrimônio líquido					
Capital social	22	4.032.292	4.032.292	4.032.292	4.032.292
Reserva de capital		588.009	590.379	588.009	590.379
Reservas de lucros		853.597	962.778	853.597	962.778
Resultado abrangente acumulado		254.783	278.954	254.783	278.954
		5.728.681	5.864.403	5.728.681	5.864.403
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	109.288	105.653
Total do patrimônio líquido		5.728.681	5.864.403	5.837.969	5.970.055
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.130.484	10.657.129	11.873.310	12.269.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	24	1.549.971	588.678	3.426.242	2.198.696
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	25	(267.294)	(182.925)	(479.939)	(339.928)
Custo com operação		(188.428)	(129.427)	(759.554)	(689.166)
Depreciação e amortização		(132.675)	(87.104)	(493.531)	(440.352)
Outros custos com operação	26	(55.753)	(42.323)	(266.023)	(248.814)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		1.094.249	276.326	2.186.749	1.169.602
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(2)	(34)	(353)	(61)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2)	-	(353)	(27)
Outras despesas com vendas	26	-	(34)	-	(34)
Despesas gerais e administrativas		(54.467)	(129.549)	(225.178)	(141.101)
Depreciação e amortização		(8.015)	(9.048)	(9.370)	2.213
Outras despesas gerais e administrativas	26	(46.452)	(120.501)	(215.808)	(143.314)
Outras despesas operacionais		(69.025)	(98.090)	(209.928)	(209.151)
Amortização de intangível da concessão		(64.431)	(64.430)	(168.122)	(161.006)
Outras despesas operacionais	26	(4.594)	(33.660)	(41.806)	(48.145)
Resultado do serviço		970.756	48.651	1.751.289	819.289
Resultado de participações societárias	11	702.915	629.640	9.657	45.357
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		26.044	28.352	77.018	98.805
Despesas financeiras		(258.917)	(207.901)	(319.064)	(399.208)
		(232.873)	(179.549)	(242.047)	(300.404)
Luro antes dos tributos		1.440.798	498.742	1.518.900	564.243
Contribuição social	9	5.867	77.873	(14.599)	57.517
Imposto de renda	9	16.532	215.881	(18.883)	184.247
		22.398	293.754	(33.482)	241.763
Lucro líquido do exercício		1.463.196	792.496	1.485.418	806.006
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.463.196	792.496
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				22.222	13.510
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - R\$	23			2,46	1,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.463.196	792.496	1.485.418	806.006
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	3.187	(22.768)	3.187	(22.768)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(294)	294	(294)	294
Resultado abrangente do exercício	<u>1.466.089</u>	<u>770.022</u>	<u>1.488.311</u>	<u>783.532</u>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.466.089	770.022
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			22.222	13.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	Perdas atuariais	Lucros acumulados			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.698.060	592.347	11.244	49.789	163.924	-	-	29.070	-	-	-	4.544.434	101.987	4.646.421
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	294	(22.768)	792.496	770.022	13.510	783.532
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	792.496	792.496	13.510	806.006
Outros resultados abrangentes:														
risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	294	-	-	294	-	294
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.768)	-	(22.768)	-	(22.768)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	39.625	-	(116.120)	116.120	-	(9.482)	-	-	(30.143)	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(9.482)	-	-	9.482	-	-	-
Constituição de reserva de incentivo	-	-	-	-	(116.120)	116.120	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	39.625	-	-	-	-	-	-	-	(39.625)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	334.232	(1.968)	-	(49.789)	(318)	-	748.303	316.359	-	(34.519)	(762.354)	549.946	(9.844)	540.102
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	6.563	6.568
Resgate de Ações	-	(1.973)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.973)	-	(1.973)
Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração	124.232	-	-	-	-	-	-	316.359	-	(34.519)	173.849	579.920	-	579.920
Aumento de capital direto por controladora	210.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210.000	-	210.000
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.218)	(188.218)	(16.410)	(204.628)
Dividendo adicionais propostos	-	-	-	-	(318)	-	748.303	-	-	-	(747.985)	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(49.789)	-	-	-	-	-	-	-	(49.789)	-	(49.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.032.292	590.379	50.869	-	47.486	116.120	748.303	335.947	294	(57.287)	-	5.864.403	105.653	5.970.055
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	-	(294)	3.187	1.463.196	1.466.089	22.224	1.488.313
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.463.196	1.463.196	22.224	1.485.420
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.187	-	3.187	-	3.187
Outros resultados abrangentes:														
risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(294)	-	-	(294)	-	(294)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	73.160	-	318	-	(318)	(27.064)	-	-	(46.096)	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(27.064)	-	-	27.064	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	73.160	-	-	-	-	-	-	-	(73.160)	-	-	-
Reversão de dividendos adicionais propostos não aprovados de exercício anterior para reforço de capital de giro	-	-	-	-	318	-	(318)	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	(2.370)	-	-	(47.804)	-	(134.537)	-	-	-	(1.417.100)	(1.601.811)	(18.589)	(1.620.400)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(2.370)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.370)	2.370	-
Dividendos adicionais com reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	(47.804)	-	-	-	-	-	-	(47.804)	-	(47.804)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(439.152)	(439.152)	(653)	(439.805)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(364.500)	(364.500)	-	(364.500)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	(747.985)	-	-	-	-	(747.985)	-	(747.985)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	613.448	-	-	-	(613.448)	-	(20.306)	(20.306)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	4.032.292	588.009	124.030	-	-	116.120	613.448	308.883	-	(54.100)	-	5.728.681	109.288	5.837.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos tributos	1.440.798	498.742	1.518.900	564.243
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	205.121	160.584	671.023	598.465
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.575	5.256	84.703	20.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	-	353	27
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	244.675	(4.304)	283.669	289.644
Despesa com entidade de previdência privada	4.031	1.173	4.031	1.173
Resultado de participações societárias	(702.915)	(629.640)	(9.657)	(45.357)
Perda na baixa de ativo não circulante	13.676	19.982	12.212	15.426
Repactuação do risco hidrológico	-	-	(122.773)	-
Outros	-	-	29.036	(8.679)
	1.207.963	51.793	2.471.497	1.435.040
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	62.040	(34.042)	121.652	(100.687)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	636.940	408.512	21.712	-
Tributos a compensar	(149.157)	(123.126)	(150.072)	(186.213)
Depósitos judiciais	(417)	224	(521)	100
Adiantamentos de fornecedores	(190)	(30.493)	79.361	(30.342)
Outros ativos operacionais	36.305	17.170	36.553	(18.874)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(10.950)	51.297	(118.025)	53.582
Outros tributos e contribuições sociais	86.214	47.789	75.487	63.588
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(5.609)	(706)	(5.609)	(706)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(512)	(31)	(4.797)	(47)
Adiantamentos de clientes	(67.693)	31.597	(16.358)	177.135
Outros passivos operacionais	(3.494)	(47.687)	(14.306)	(13.865)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.791.440	372.297	2.496.574	1.378.711
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(77.268)	(95.867)	(99.395)	(208.464)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(109.221)	(59)	(197.419)	(75.464)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.604.951	276.371	2.199.760	1.094.783
Atividades de investimentos				
Aumento de capital em investidas	-	(552.809)	-	-
Redução de capital em subsidiárias	212.867	592.940	-	-
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	22.641	-	1.890
Aquisições de imobilizado	(92.792)	(77.855)	(447.044)	(262.804)
Adições de Intangível	(12.244)	(8.113)	(13.932)	(8.350)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados -aplicações	(19.248)	(12.133)	(247.370)	(389.683)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	7.006	104.276	77.986	1.088.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	(37.893)	(257.372)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(552.068)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	152.998	316.660	-	-
Outros	2.319	(1.968)	2.319	(1.968)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	213.013	(425.801)	(628.041)	428.084
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	(5.859)	-	(5.859)
Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	(6.261)	(877.751)	(27.776)	(454.232)
Captação de empréstimos e debêntures	-	120.000	178.500	123.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(237.836)	(917.896)	(280.968)	(3.280.791)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.787.658)	(49.789)	(1.808.453)	(66.188)
Aumento de caixa em função de aumento de participação societária	-	-	-	6.563
Liquidação de operações com derivativos	70.026	2.004	70.026	2.004
Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	2.000.000	59.550	2.067.048
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(1.961.729)	270.709	(1.809.121)	(1.608.455)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(143.765)	121.279	(237.402)	(85.588)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	178.865	57.586	326.991	412.579
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	35.099	178.865	89.588	326.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
1 - Receita	1.811.017	738.108	4.113.853	2.606.555
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.710.176	654.114	3.670.010	2.338.311
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	100.843	83.995	444.196	268.271
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2)	-	(353)	(27)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(450.030)	(399.179)	(1.309.137)	(905.408)
2.1 Custo com energia elétrica	(294.539)	(200.135)	(507.606)	(354.736)
2.2 Material	(67.554)	(58.158)	(333.567)	(129.888)
2.3 Serviços de terceiros	(75.139)	(96.242)	(332.515)	(335.762)
2.4 Outros	(12.798)	(44.644)	(135.449)	(85.022)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.360.987	338.929	2.804.716	1.701.147
4 - Retenções	(205.121)	(160.582)	(671.023)	(599.145)
4.1 Depreciação e amortização	(140.690)	(96.152)	(502.901)	(438.139)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(64.431)	(64.430)	(168.122)	(161.006)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.155.866	178.347	2.133.693	1.102.002
6 - Valor adicionado recebido em transferência	730.265	659.261	88.102	145.726
6.1 Receitas financeiras	27.350	29.621	78.443	100.369
6.2 Equivalência patrimonial	702.915	629.640	9.659	45.357
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.886.131	837.608	2.221.795	1.247.728
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	45.051	54.316	104.614	93.052
8.1.1 Remuneração direta	30.679	29.653	81.424	68.177
8.1.2 Benefícios	8.058	19.282	16.875	19.485
8.1.3 F.G.T.S	6.315	5.381	6.315	5.390
8.2 Impostos, taxas e contribuições	114.359	(228.436)	273.970	(99.402)
8.2.1 Federais	114.359	(228.436)	272.507	(99.694)
8.2.2 Estaduais	-	-	1.463	292
8.3 Remuneração de capital de terceiros	263.523	219.232	357.790	448.070
8.3.1 Juros	258.362	207.562	321.968	398.803
8.3.2 Aluguéis	5.161	11.670	35.822	49.267
8.4 Remuneração de capital próprio	1.463.197	792.496	1.485.421	806.008
8.4.1 Lucro do exercício	46.097	44.193	47.362	41.295
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.417.100	748.303	1.438.059	764.713
	1.886.131	837.608	2.221.795	1.247.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 - parte, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

Empreendimentos da Companhia	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
Bons Ventos	50,0	07/03/2003	30 anos
Canoa Quebrada	57,0	10/12/2002	30 anos
Enacel	31,5	12/11/2002	30 anos
Taíba Albatroz	16,5	23/12/2002	30 anos
Icaraizinho	54,6	27/08/2002	30 anos
Praia Formosa	105,0	04/06/2002	30 anos
Total	314,6		

Além dos empreendimentos acima, a Companhia detem:

- concessão que se encerrará em 2042, prazo final da outorga da usina hidrelétrica (“UHE”) Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogada;
- parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW , sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de registro iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de registro iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada	Data	Prazo
Minas Gerais					
SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	12/1999	30 anos
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2")	Sociedade limitada	Direta 100%	29,9	11/2015	35 anos
SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	12/1999	30 anos
SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,0	01/2000	30 anos
Mata Velha Energética Ltda. ("Mata Velha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	24,0	05/2002	30 anos
SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	12/1999	30 anos
SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol")	Sociedade limitada	Indireta 100%	20,0	08/2002	30 anos
SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	11,0	01/2000	30 anos
SPE Varginha Energia Ltda. ("Varginha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	9,0	12/1999	30 anos
SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre")	Sociedade limitada	Indireta 100%	7,5	12/1999	30 anos
Mato Grosso e Rio Grande do Sul					
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	7,0	(**)	
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Figueirópolis")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	19,4	05/2004	30 anos
		Total	184,81		

Localidade			Capacidade de energia		
Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	instalada (MW)	Data	Prazo
Paraná					
Energética Novo Horizonte Ltda ("Novo Horizonte")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	11/2002	30 anos
Santa Catarina					
SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	21,0	10/2002	30 anos
SPE Arvoredo Energia Ltda. ("Arvoredo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	13,0	11/2002	30 anos
Ludesa Energética S.A. ("Ludesa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 60%	30,0	12/2002	30 anos
SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	16,0	11/2002	30 anos
SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes")	Sociedade limitada	Direta 100%	20,0	08/2010	30 anos
Santa Luzia Energética Ltda. ("Santa Luzia")	Sociedade limitada	Direta 100%	28,5	12/2007	35 anos
São Paulo					
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	38,1		
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,2		
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,5		
		Total	268,30		

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(**) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujos registros tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

O empreendimento SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

1.2 Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação com capacidade instalada total de 1.075,6 MW:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada	Data	Prazo
<u>Palmares do Sul (RS)</u>					
Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	28/02/2011	35 anos
Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	04/03/2011	35 anos
Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	04/03/2011	35 anos
Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	22/03/2011	35 anos
<u>Aracati (CE)</u>					
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Rosa dos Ventos") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	13,7	19/06/2002	30 anos
<u>Itarema (CE)</u>					
Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	04/08/2014	35 anos
Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II")	Sociedade limitada	Direta 100%	23,1	23/07/2014	35 anos
<u>Outras localidades (CE)</u>					
Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("SIIF Cinco")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	05/06/2002	30 anos
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Paracuru")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	28/08/2002	30 anos
<u>Touros (RN)</u>					
SPE Costa das Dunas Energia S.A ("Costa das Dunas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	28,4	01/01/2019	35 anos
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	01/04/2014	30 anos
Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Úrsula")	Sociedade limitada	Indireta 100%	27,3	31/03/2014	30 anos
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de São Martinho")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,7	21/03/2014	30 anos
<u>São Miguel do Gostoso (RN)</u>					
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de Santo Dimas")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	07/03/2014	30 anos
São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	07/03/2014	30 anos
São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	10/03/2015	30 anos
			Total	416,2	

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
Parazinho (RN)					
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	27/03/2013	30 anos
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	8,0	25/08/2010	35 anos
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	02/07/2010	35 anos
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	05/08/2010	35 anos
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	02/07/2010	35 anos
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	30/07/2010	35 anos
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	11/10/2010	35 anos
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	30/07/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos IX Ltda. ("Morro dos Ventos IX")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	28/07/2010	35 anos
João Câmara (RN)					
DESA Eurus I Ltda. ("Eurus I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	20/04/2011	35 anos
DESA Eurus III Ltda. ("Eurus III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	25/04/2011	35 anos
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	26/03/2013	30 anos
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	18/04/2011	35 anos
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	26/03/2013	30 anos
SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	16,1	29/09/2011	35 anos
SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	29/09/2011	35 anos
SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	14/10/2011	35 anos
SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	20,7	14/10/2011	35 anos
DESA Morro dos Ventos I Ltda. ("Morro dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	28/07/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos II Ltda. ("Morro dos Ventos II")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,2	14/06/2012	35 anos
DESA Morro dos Ventos III Ltda. ("Morro dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	05/08/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos IV Ltda. ("Morro dos Ventos IV")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	05/08/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos VI Ltda. ("Morro dos Ventos VI")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	28/07/2010	35 anos
			Total	606,2	

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Data	Prazo
Touros (RN)				
SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95,1%	01/01/2019	35 anos
SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 90%	01/01/2019	35 anos
SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca")	Sociedade limitada	Direta 100%	01/01/2019	35 anos
SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira")	Sociedade limitada	Direta 100%	01/01/2019	35 anos

1.3 Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (UF)	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada")	Sociedade limitada	Direta 100%	Minas Gerais	50,0	29/10/2012	30 anos
SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana")	Sociedade limitada	Direta 100%	Paraná	50,0	14/02/2012	30 anos
CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa")	Sociedade limitada	Direta 100%	Rio Grande do Norte	40,0	15/05/2002	30 anos
CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	45,0	24/09/2009	30 anos
CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	40,0	21/05/1999	30 anos
CPFL Bio Buriti Ltda. ("Bio Buriti")*	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	74,3	16/12/2010	30 anos
CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	25,0	03/05/2010	30 anos
CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	70,0	28/02/2011	35 anos
Total				394,3		

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriti a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.4 Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui participação direta (100%) em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.5 Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

<u>Empreendimento</u>	<u>Tipo de sociedade</u>	<u>Participação societária</u>	<u>Atividade preponderante</u>	<u>Investidas</u>
Sociedades de participação				
PCH Holding Ltda. ("PCH Holding")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Avoredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca
SPE Turbina 16 Energias Ltda. ("Turbina 16")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho.
Dobrevê Energia Ltda. ("DESA Dobrevê")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	DESA Eólicas (*), Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesá, Mata Velha, WF1 Holding (*), Desa PCH II Energia S.A., Cherobim Energética S.A., Varginha Energética S.A., Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI.
Outros empreendimentos operacionais				
SPE Turbina 17 Energia Ltda. ("Turbina 17")	Sociedade limitada	Direta 100%	Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos	(**)
Outros empreendimentos sem atividade produtiva				
SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	(***)
SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande")	Sociedade limitada	Direta 100%	Geração de energia elétrica	(**)
Cherobim Energética S.A. ("Cherobim Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
Varginha Energética S.A. ("Varginha Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	Comercialização de energia elétrica	(**)

(*) As empresas DESA Eólicas S.A. ("DESA Eólicas") e WF 1 Holding S.A. ("WF 1 Holding") foram incorporadas na empresa Dobrevê Energia S.A. ("DESA Dobrevê").

(**) Empresas controladas da CPFL Renováveis (vide nota 11.1)

(***) Empresas controladas da PCH Holding S.A. (vide nota 11.1)

• Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ Parques eólicos: A menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;
- ❖ Usinas de Biomassa: A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ PCHs: O período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

1.6. Reestruturações Societárias

1.6.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019.

A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”), anteriormente pertencentes a CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis, passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente a CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”) e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
Circulante	194.156	Circulante	340.960
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	84.999	Empréstimos e financiamentos	191.697
Derivativos	77.728	Outros impostos, taxas e contribuições	104.282
Outros Tributos a compensar	22.897	Outros passivos circulante	44.981
Outros Créditos	8.532	Não Circulante	203.817
Não Circulante	1.125.563	Débitos fiscais diferidos	172.288
Imobilizado	922.332	Outros passivos não circulante	31.530
Investimentos	125.772 (a)	Total Passivo	544.777
Intangível	75.579	Efeito líquido oriundo da cisão	(210.824) (b)
Outros ativos não circulante	1.880	Acervo Líquido	564.117
Total Ativo	1.319.719		

- (a) Investimento relacionado a Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), empresa controlada em conjunto, vide nota 1.6.1.b.
- (b) O montante de R\$ 210.000, foi liquidado com o aumento de capital, vide nota 22.

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro na CPFL Renováveis da seguinte forma:

<u>Patrimônio Líquido</u>	564.117
Capital Social	108.139
Resultado abrangente acumulado	281.839
Lucros Acumulados	174.139

Em conjunto com a reestruturação societária, a CPFL Geração de Energia S.A. realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Geração e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

1.6.1 b) BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é

de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação em BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido, conforme acima mencionado (vide notas 12.1 e 12.4.3).

1.6.2 – Incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária com objetivo de incorporação total da CPFL Centrais Geradoras Ltda à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019, com extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

Ativo		Passivo	
Circulante	2.846	Circulante	5.475
Caixa e equivalentes de caixa	1.890	Fornecedores	59
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40	Outros impostos, taxas e contribuições	30
Imposto de renda e contribuição social a compensar	370	Mútuos com coligadas, controladas e controladora	5.356
Outros Tributos a compensar	513	Outros passivos circulante	31
Outros Créditos	32	Total Passivo	5.475
Não Circulante	18.436	Acervo Líquido	15.806
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.959		
Imobilizado	15.360		
Intangível	3		
Outros Ativos não circulante	114		
Total Ativo	21.281		

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na CPFL Renováveis da seguinte forma:

<u>Patrimônio Líquido</u>	15.806
Capital Social	16.093
Lucros Acumulados	(287)

1.6.3 – Reestruturação societária PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e conseqüente extinção das empresas PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia, anteriormente controladas 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que são sucedidas pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de novembro de 2020 está demonstrado abaixo:

Ativo	30/11/2020			Passivo	30/11/2020		
	PCH Holding 2	Penedo Energia	Tombo Energia		PCH Holding 2	Penedo Energia	Tombo Energia
Circulante	24.192	-	4	Circulante	-	9	1
Caixa e equivalentes de caixa	20.720	-	4	Outras Contas a Pagar	-	9	1
Dividendos a receber	3.408	-	-	Não Circulante	21.354	1	-
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar	64	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1	-
Não Circulante	230.990	172	-	Débitos fiscais diferidos	21.354	-	-
Investimentos	230.990	-	-	Total Passivo	21.354	10	1
Imobilizado	-	172	-	Acervo Líquido	233.828	163	3
Total Ativo	255.182	172	4				

1.6.4 – Reestruturação societária Eólica Holding S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção da empresa Eólica Holding, anteriormente controlada 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que é sucedida pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

Ativo	Passivo
Circulante	4.949
Caixa e equivalentes de caixa	35
Títulos e valores mobiliários	72
Dividendos a receber	4.786
Imposto de renda e contribuição social a compensar	48
Outros Tributos a compensar	8
Não Circulante	276.479
Cauções, fundos e depósitos vinculados	4.086
Imposto de renda e contribuição social a compensar	60
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.200
Investimentos	239.133
Total Ativo	281.428
	Circulante
	Imposto de renda e contribuição social a recolher
	37
	Outros impostos, taxas e contribuições
	2
	Dividendo e juros sobre capital próprio
	4.207
	Outros passivos circulante
	5
	Não Circulante
	Adiantamento para futuro aumento de capital
	36.057
	Total Passivo
	40.309
	Acervo Líquido
	241.119

1.6.5 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 791.398 e R\$ 658.330 respectivamente. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender das necessidades de caixa das empresas, e que serão executados até 31 de dezembro de 2022, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa.

1.7 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e reflexos nas demonstrações financeiras. As principais economias do mundo e blocos econômicos adotaram pacotes de estímulos que buscaram minimizar os efeitos danosos dos choques econômicos causados pelo vírus durante a pandemia.

Diversos governos têm acompanhado e controlado as medidas de proteção social em combate a pandemia e o avanço da vacinação, visando reduzir a velocidade de propagação do vírus. Tais medidas têm impactado diretamente na atividade econômica.

Apesar das medidas adotadas visando a proteção da vida, incluindo pesquisa, desenvolvimento, aprovação e aplicação de vacinas, e conseqüentemente razoável melhoria referente as principais métricas utilizadas para medir a contensão do vírus, até o dia 19 de janeiro de 2022, o Brasil registrou mais de 622 mil mortes, sendo que ao redor do mundo já passam de 5.5 milhões de óbitos por decorrência da Covid. Empresas e organizações têm empenhado esforços com finalidade de obter vacinas contra o vírus, e campanhas de vacinação tem sido adotada em diversos países, com resultados positivos com relação à redução de mortes e controle da pandemia. Ademais, a Companhia continua acompanhando o surgimento de novas variantes, como o caso da Ômicron, e tomando as medidas necessárias para identificar e reduzir os possíveis impactos nas operações e nas demonstrações financeiras.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- a) Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde;
- b) Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário. O maior potencial impacto poderia ser principalmente nas controladas de energia eólica, no entanto, até o momento não houve indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas suas operações;
- c) Avaliação das condições contratuais e das variações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação, com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez e monitoramento das despesas financeiras relativas a estes passivos. A Administração, está administrando internamente as melhores alternativas para perspectivas de entradas e saídas de caixa, como a distribuição de dividendos entre as controladas/controladora, sem prejuízo das devidas regulamentações e/ou acionistas bem como potenciais empréstimos a serem contratados;
- d) Avaliação de eventuais renegociações e possíveis impactos da inadimplência nas geradoras:

Durante o ano de 2021 não foram verificadas inadimplências com alegações baseadas no cenário de retração macroeconômica, no entanto durante o ano de 2020, as Geradoras receberam notificações de alguns de seus clientes e o percentual referente à receita comprometida vinculada às distribuidoras que enviaram notificações foi inferior a 7,7%, e não representou um risco potencial para o negócio, que até então realizaram os pagamentos na sua integralidade.

A expectativa da Administração é que as medidas regulatórias setoriais implementadas foram suficientes para mitigar os impactos das distribuidoras e conseqüentemente reduzir as expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais.

Adicionalmente, a administração entende que o foco em contratação de longo prazo para os contratos de energia é um forte indicativo de proteção contra eventuais impactos relevantes oriundos de uma possível retração econômica.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras anuais.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da possibilidade de extensão do isolamento social e possíveis novas ondas de contágio. A Companhia e suas controladas seguem monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”).

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e PCH). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa BAESA que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados,

com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pelo Grupo em 1º de janeiro de 2021 descritas na nota explicativa 3.19.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pelo Grupo na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). O Grupo não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota explicativa 31). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, o Grupo mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio do Grupo não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

O Grupo realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, o Grupo reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado. Vide nota explicativa 15.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 1,92% a 15,07%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 11 e 28.

3.6 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas

controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 8,43% (3,77% em 31 de dezembro de 2020) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.7 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 8,55% (3,77% em 31 de dezembro de 2020) para as provisões de desmobilização, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Intangível

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros

esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica. Vide notas explicativas 12 e 13.

3.9 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

O Grupo avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pelo Grupo resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (*“PD” - Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (*“EAD” - Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (*“LGD” - Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Benefícios a empregados

Com a reestruturação societária citada na nota 1.6, a Companhia passou a possuir benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.12 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei 6404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão

competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.13 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento do Grupo.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.16 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("goodwill"). Em caso de diferença líquida negativa,

uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.17 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas PCH Holding, Turbina 16, DESA Dobrevê e DESA Eólicas são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas (subconsolidação).

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.4.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.18 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2021. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está avaliando as alterações do pronunciamento, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(d) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Alterações de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O Grupo determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldos bancários	2.374	176.672	14.321	224.693
Aplicações financeiras	32.725	2.193	75.267	102.298
Títulos de crédito privado (a)	31.014	-	31.671	11.092
Fundos de investimento (b)	1.711	2.193	43.596	91.206
Total	35.099	178.865	89.588	326.991

- a) Corresponde a operações de curto prazo em Certificados de Depósito Bancários ("CDBs") e Compromissadas, que possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (98,11% em 31 de dezembro de 2020).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 101,40% do CDI (81,03% em 31 de dezembro de 2020).

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e valores mobiliários				
Através de fundos de investimentos	18.610	7.426	474.169	308.482
Total	18.610	7.426	474.169	308.482

Em 31 de dezembro de 2021 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”) ,através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2021 é de 101,40% do CDI (81,64% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora					Consolidado				
	Saldos	Vencidos		Total		Saldos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	vincendos					vincendos				
Operações realizadas na CCEE (a)	4.217	6.544	-	10.761	4.280	68.257	14.126	-	82.383	86.362
Concessionárias e permissionárias	173.435	557	13.815	187.807	193.487	322.974	13.149	11.290	347.413	280.129
Outros	-	-	-	-	4.050	-	-	37	37	37
	177.652	7.101	13.815	198.568	201.817	391.231	27.275	11.327	429.833	366.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(27)	(25)				(378)	(51)
Total				198.541	201.793				429.455	366.476
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE (a)	-	-	9.503	9.503	68.294	-	-	20.041	20.041	204.998
Total	-	-	9.503	9.503	68.294	-	-	20.041	20.041	204.998

(a) Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim. Durante o exercício de 2021 parte do contas a receber foi recebido após as geradoras aderirem à repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Comercialização Livre – ACL e renunciarem às liminares relacionadas.

7.1. Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

A PECLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir :

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2019	-	-	-
Reestruturação societária	(25)	(352)	(377)
Provisão revertida (constituída) líquida	(27)	-	(27)
Saldo em 31/12/2020	(51)	(352)	(403)
Provisão revertida (constituída) líquida	(326)	(27)	(353)
Saldo em 31/12/2021	(378)	(379)	(757)
Circulante	(378)	(379)	(757)
Não Circulante	-	-	-

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	-	589	744
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	6.330	312	7.955	1.760
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.622	10.458	18.385	15.332
Imposto de renda e contribuição social a compensar	19.952	10.770	26.930	17.836
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.632	7.681	17.471	57.496
ICMS a compensar	135	837	5.191	6.285
Programa de integração social - PIS	4.445	7.190	7.752	10.575
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.601	24.864	35.528	37.313
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1	16	16
Outros	113	122	578	2.709
Outros tributos a compensar	38.928	40.695	66.534	114.395
Total circulante	58.880	51.465	93.464	132.231
Não circulante				
Contribuição social a compensar - CSLL	3.370	-	6.568	27
Imposto de renda a compensar - IRPJ	36.388	43.730	102.898	74.077
Imposto de renda e contribuição social a compensar	39.758	43.730	109.466	74.104
ICMS a compensar	26	-	3.535	-
Programa de integração social - PIS	-	-	1.551	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	3.601	50
Outros	-	-	3.530	3.530
Outros tributos a compensar	26	-	12.217	3.580
Total não circulante	39.784	43.730	121.683	77.684

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>				
Bases negativas	143.127	94.119	143.127	94.119
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(110.597)	(125.493)	(249.389)	(274.086)
Subtotal	32.529	(31.374)	(106.262)	(179.966)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>				
Prejuízos fiscais	397.707	261.305	397.707	261.305
Benefício fiscal do intangível incorporado	8.184	9.800	8.184	9.800
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(307.214)	(348.592)	(692.419)	(759.784)
Subtotal	98.677	(77.487)	(286.528)	(488.679)
Total	131.207	(108.861)	(392.790)	(668.645)
Total crédito fiscal	131.207	-	132.444	1.237
Total débito fiscal	-	(108.861)	(525.234)	(669.882)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos ocorrida em setembro de 2020, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 13.

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferença temporariamente indedutíveis/tributáveis								
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	149	415	159	442	149	415	159	442
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(2.184)	(6.066)	(5.383)	(14.953)	(2.184)	(6.066)	(5.383)	(14.953)
Marcação a mercado - Derivativo	122	340	(181)	(503)	122	340	(181)	(503)
Marcação a mercado - Dívidas	(203)	(564)	(66)	(185)	(203)	(564)	(66)	(185)
Depreciação acelerada incentivada	(19.884)	(55.232)	(22.966)	(63.795)	(19.884)	(55.232)	(22.966)	(63.795)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689	968	2.689	968	2.689
Diferença temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado								
Perdas atuariais	162	450	162	450	162	450	162	450
Marcação a mercado - Derivativos	-	-	21	60	-	-	21	60
Marcação a mercado - Dívidas	-	-	(62)	(171)	-	-	(62)	(171)
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(39.157)	(108.769)	(40.438)	(112.327)	(39.157)	(108.769)	(40.438)	(112.327)
Diferença temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:								
Impostos diferidos - ativo:								
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	12.397	34.435	13.583	37.731	15.779	43.829	16.965	47.125
Impostos diferidos - passivo:								
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(13.652)	(37.922)	(16.375)	(45.487)	(18.323)	(50.897)
Intangível - direito de exploração/autorização	(51.729)	(143.691)	(58.142)	(161.505)	(189.269)	(525.418)	(205.445)	(569.116)
Total	(110.597)	(307.214)	(125.493)	(348.592)	(249.389)	(692.419)	(274.086)	(759.784)

9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	Consolidado
2022	89.581
2023	78.060
2024	86.034
2025	89.883
2026 a 2028	197.275
Total	540.834

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020:

	Controladora			
	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.440.798	1.440.798	498.742	498.742
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(702.915)	(702.915)	(629.640)	(629.640)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	55.531	54.959	102.898	104.138
Base de cálculo	793.414	792.842	(28.000)	(26.760)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(71.407)	(198.211)	2.519	6.691
Ajuste de créditos fiscais	77.274	214.742	75.354	209.190
Total	5.867	16.533	77.873	215.881
Corrente	(57.382)	(157.814)	(1.780)	(5.240)
Diferido	63.249	174.346	79.653	221.121

	Consolidado			
	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.518.900	1.518.900	564.243	564.243
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(9.657)	(9.657)	(45.357)	(45.357)
Efeito regime lucro presumido	(597.364)	(682.673)	(473.293)	(545.421)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	69.785	71.351	126.374	102.983
Base de cálculo	981.664	897.921	171.967	76.448
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(88.350)	(224.480)	(15.476)	(19.112)
Ajuste de créditos fiscais	73.751	205.597	72.993	203.359
Total	(14.599)	(18.883)	57.517	184.247
Corrente	(87.321)	(219.544)	(29.290)	(62.901)
Diferido	72.722	200.661	86.807	247.148

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 273.383 (R\$ 333.955 em 2020), refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 185.409 (R\$ 267.652 em 2020); (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 410 (R\$ 242 em 2020); e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 88.384 (R\$ 66.545 em 2020).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	(3.187)	(3.187)	18.732	18.732
Base de cálculo	(3.187)	(3.187)	18.732	18.732
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	-	-	-	-
Baixa de crédito fiscal constituído - reflexo incorporação	-	-	1.069	2.967
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	1.069	2.967
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	445	445	(445)	(445)
Custo atribuído de ativo imobilizado	27.064	27.064	14.363	14.363
Subtotal	27.509	27.509	13.918	13.918
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(2.476)	(6.877)	(1.253)	(3.479)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(2.476)	(6.877)	(184)	(512)

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2021, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 222.935 (R\$ 507.560 em 31 de dezembro de 2020), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2021, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 69.082 (R\$68.383 em 31 de dezembro de 2020). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(10) OUTROS ATIVOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber	1.003	-	21.640	22.008	4.149	-	33.850	32.301
Créditos a receber - rateios	33.829	53.920	-	-	554	-	-	-
Adiantamentos - plano de pensão	547	282	134	134	547	282	134	134
Adiantamentos - fornecedores	390	200	-	-	10.805	90.166	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	10.018	8.582	-	-	17.425	13.130
Serviços prestados a terceiros	-	572	-	-	-	-	-	-
Estoque	17.477	8.931	-	-	61.615	44.721	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	14.549	13.548	3.015	7.751
Despesas antecipadas	4.391	3.657	4.536	2.836	16.822	14.810	4.810	3.318
Adiantamentos a funcionários	1.575	1.034	-	-	1.575	1.034	-	-
Indenizações de sinistros	-	-	-	-	-	2.015	-	-
Créditos a receber por desativação da Usina Macaco Branco	-	12.257	-	-	-	12.257	-	-
Outros	1.750	17.390	-	-	7.911	43.886	37.984	13.098
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(352)	(352)	-	-	(379)	(352)	-	-
Total	60.609	97.892	36.328	33.560	118.148	222.367	97.218	69.732

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no Consolidado representa em 31 de dezembro de 2021 R\$ 19.218 (R\$ 19.090 em 31 de dezembro de 2020).

Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2021 R\$ 8.842 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2020) conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

(i) O montante é composto da seguinte forma:

a. Em 31 de Dezembro de 2020 R\$ 46.454 e (R\$ 46.454 em 31 de dezembro de 2019) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b. (2)R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c. (3)Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d. (4)Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento Fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Estoque – Refere-se ao projeto de primarização iniciado no 3º trimestre de 2019, em substituição ao contrato do fornecedor Siemens Gamesa, para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados de Rio Grande do Norte e Ceará.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

(11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	5.935.779	5.418.718	155.702	170.166
Subtotal	5.935.779	5.418.718	155.702	170.166
Mais valia de ativos, líquidos	940.433	1.072.299	900	962
Total	6.876.212	6.491.017	156.602	171.129

11.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Participação no Capital %	Controladora				31/12/2021		31/12/2020		2021		2020	
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial				
Alto Irani	100%	115.252	2.114	59.394	36.703	59.394	47.748	36.703	23.726				
Atlântica I	100%	92.337	43.081	80.327	11.393	80.327	86.147	11.393	10.750				
Atlântica II	100%	93.339	43.895	80.141	13.346	80.141	82.016	13.346	10.758				
Atlântica IV	100%	98.962	53.081	83.551	12.351	83.551	81.560	12.350	11.009				
Atlântica V	100%	101.772	50.579	91.225	14.080	91.225	97.264	14.080	8.520				
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.255.824	398.381	622.664	38.877	155.702	170.166	9.722	45.357				
Baixa Verde	95%	576	457	375	38	241	181	36	(40)				
Bio Alvorada	100%	133.184	48.912	98.735	(37.506)	98.735	145.706	(37.506)	6.966				
Bio Burity	100%	103.106	72.070	53.532	(20.179)	53.532	79.506	(20.179)	10.795				
Bio Coopcana	100%	130.309	50.853	109.122	9.664	109.122	117.094	9.664	15.536				
Bio Ester	100%	74.707	41.012	68.576	13.717	68.576	83.434	13.716	23.275				
Bio Formosa	100%	97.694	64.841	90.707	14.597	80.562	76.214	14.597	14.782				
Bio Ipe	100%	18.796	12.849	16.208	2.054	16.208	16.123	2.053	5.057				
Bio Pedra	100%	158.879	129.950	107.717	(14.704)	107.717	169.025	(14.704)	37.995				
Bioenergia	100%	61.484	41.889	56.698	13.918	56.698	54.910	13.918	10.085				
Boa Vista 2	100%	274.323	125.635	133.999	6.561	133.999	127.437	6.561	4.195				
Cachoeira Grande	100%	150	6.632	149	4	149	145	4	2				
Cajueiro	95%	782	199	600	43	319	288	41	(26)				
Campos dos Ventos II (a)	100%	115.021	79.602	87.275	6.895	87.275	89.449	6.895	39.264				
Chimay Empreendimentos	100%	132.923	48.021	86.085	16.226	86.085	-	16.226	-				
Corrente Grande	100%	-	-	-	-	-	54.666	-	3				
Costa Branca (a)	95%	79.176	39.915	69.919	8.911	64.631	74.194	7.792	82				
Costa das Dunas	95,143%	156.013	77.601	86.748	10.807	82.032	147.540	10.280	(13.730)				
Dobrevê	100%	1.157.196	838.866	1.109.446	152.886	1.103.363	814.017	153.916	76.680				
Eólica Paracuru	100%	50.217	19.530	39.768	32.357	39.768	32.970	32.357	19.144				
Eólica Holding	100%	-	-	-	-	-	-	-	22.098				
Eurus VI	100%	25.509	18.695	19.951	1.033	19.951	23.147	1.035	338				
Farol de Touros	93,532%	144.781	57.469	59.352	2.201	55.133	26.998	2.079	(42)				
Figueira Branca	100%	65.061	26.519	29.839	3.479	29.839	14.316	3.478	176				
Gameteira	100%	100.672	53.647	58.722	5.241	58.722	23.881	5.241	2				
Jayaditya Empreendimentos	100%	51.979	2.082	12.580	1.910	12.580	15.193	1.910	15.440				
Juremas (a)	95%	57.504	29.567	45.277	8.646	41.540	32.890	7.731	5				
Macacos (a)	95%	73.888	41.286	58.656	10.730	53.793	41.134	9.359	7				
Mohini Empreendimentos	100%	78.102	1.269	21.847	19.179	21.847	21.395	19.179	30.885				
Navegantes	95%	111	396	61	33	58	-	32	(43)				
PCH Holding	100%	435.821	315.693	435.474	118.072	435.474	376.145	118.072	85.203				
PCH Holding 2	100%	-	-	-	-	-	-	-	26.251				
Penedo	100%	-	-	-	-	-	53.057	-	4				
Pedra Cheirosa I	100%	158.111	132.000	140.982	4.510	140.982	-	4.510	(12)				
Pedra Cheirosa II	100%	138.161	110.100	124.170	5.153	124.170	25.042	5.152	17.101				
Pedra Preta (a)	95%	76.476	36.010	65.850	11.296	60.625	132.915	10.211	(2.543)				
Plano Alto	100%	77.715	1.527	34.925	26.889	34.925	33.739	26.889	9.327				
Rosa dos Ventos	100%	50.221	15.740	43.745	20.309	43.745	122.003	20.309	5.852				
Salto Góes	100%	106.646	76.400	104.149	21.714	104.149	93.010	21.714	5.673				
Santa Clara I	100%	110.551	81.107	92.102	8.568	92.102	97.670	8.569	7.055				
Santa Clara II	100%	90.841	62.898	72.974	7.869	72.974	87.062	7.870	4.882				
Santa Clara III	100%	89.576	63.510	72.616	9.132	72.616	90.434	9.133	6.084				
Santa Clara IV	100%	89.517	62.322	70.700	6.823	70.700	84.130	6.823	3.586				
Santa Clara V	100%	89.525	64.076	71.921	7.845	71.921	-	7.846	-				
Santa Clara VI	100%	90.039	62.974	69.737	5.595	69.737	-	5.595	-				
São Gonçalo	100%	-	-	-	-	-	95.370	-	13.616				
Santa Cruz	100%	63.469	29.920	25.183	1.065	25.183	24.117	1.065	(33)				
Santa Luzia (a)	100%	179.984	89.314	174.513	34.084	174.513	174.866	34.083	6.684				
SIIF Cinco	100%	85.004	42.662	74.734	27.827	74.734	56.007	27.827	11.722				
Solar I	100%	1.323	33	940	979	940	-	979	230				
Sul Centrais Elétricas	100%	30.175	14.183	17.889	212	17.889	17.677	212	599				
Tombo	100%	-	-	-	-	-	-	-	5				
Turbina 16	100%	1.161.445	876.475	1.159.250	94.228	1.159.250	903.351	94.228	67.399				
Turbina 17	100%	63.208	51.903	56.337	4.376	56.337	52.669	4.376	871				
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada		8.287.436	4.709.739	6.447.435	812.039	5.935.779	5.418.718	778.772	698.612				
Amortização de ágio, líquido de efeitos fiscais								(64.244)	(57.315)				
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais								(10.243)	(10.242)				
Amortização de juros capitalizados								(1.370)	(1.415)				
Total						5.935.779	5.418.718	702.915	629.640				

(a) Controladas direta da CPFL Renováveis a partir das incorporações da Eólica Holding e PCH Holding 2 ocorridas em 2020.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 64.244 (R\$ 57.315 no ano de 2020) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

Investimentos	Participação no Capital %	Consolidado				31/12/2021		31/12/2020	
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.280.939	398.381	647.779	38.731	155.702	170.166	9.722	45.357
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada						155.702	170.166	9.722	45.357
Amortização da mais valia de ativos, líquida de efeitos fiscais								(63)	-
Total						155.702	170.166	9.659	45.357

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas no nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são é como segue:

Controladora

Investimentos	Investimentos em 31/12/2020	Aumento / Redução de capital	Amortização/ Capitalização de Juros	Transferência entre investimentos e provisão para perdas com investimentos	Transferência entre investimentos e menos valia	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimentos em 31/12/2021
Alto Irani	47.748	-	-	-	-	36.703	(25.056)	59.394
Atlântica I	86.147	-	-	-	-	11.393	(17.213)	80.327
Atlântica II	82.016	1.000	-	-	-	13.346	(16.221)	80.141
Atlântica IV	81.560	7.300	-	-	-	12.350	(17.659)	83.551
Atlântica V	97.264	-	-	-	-	14.080	(20.120)	91.225
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	170.166	-	-	-	-	9.722	(24.186)	155.702
Baixa Verde	181	24	-	-	-	36	-	241
Bio Alvorada	145.706	-	-	-	-	(37.506)	(9.466)	98.735
Bio Buriti	79.506	-	-	-	-	(20.179)	(5.795)	53.532
Bio Coopcana	117.094	-	-	-	-	9.664	(17.636)	109.122
Bio Ester	83.434	(2.500)	-	-	-	13.716	(26.075)	68.576
Bio Formosa	76.214	(6.150)	-	-	-	14.597	(4.100)	80.562
Bio Ipê	16.123	(1.500)	(60)	-	-	2.053	(408)	16.208
Bio Pedra	169.025	-	(249)	-	-	(14.704)	(46.355)	107.717
Bioenergia	54.910	(5.550)	-	-	-	13.918	(6.581)	56.698
Boa Vista 2	127.437	-	-	-	-	6.561	-	133.999
Cachoeira Grande	145	-	-	-	-	4	-	149
Cajueiro	288	-	-	-	-	41	(10)	319
Campos dos Ventos II	52.699	33.200	-	-	-	6.895	(5.519)	87.275
Chimay	89.449	-	-	-	-	16.226	(19.591)	86.085
Costa Branca	54.666	18.101	-	-	-	7.792	(15.928)	64.631
Costa das Dunas	74.194	-	-	-	-	10.280	(2.442)	82.032
Dobrevê Energia	814.017	79.950	-	-	64.555	153.916	(9.075)	1.103.363
Eólica Paracuru	32.970	(2.700)	-	-	-	32.357	(22.859)	39.768
Eurus VI	23.147	(3.885)	(25)	-	-	1.035	(321)	19.951
Farol de Touros	26.998	26.487	-	-	-	2.079	(430)	55.133
Figueira Branca	14.316	12.045	-	-	-	3.478	-	29.839
Gameleira	23.881	29.599	-	-	-	5.241	-	58.722
Jayaditya	15.193	-	-	-	-	1.910	(4.524)	12.580
Juremas	32.890	12.344	-	-	-	7.731	(11.425)	41.540
Macacos	41.134	20.906	-	-	-	9.359	(17.606)	53.793
Mohini	21.395	-	-	-	-	19.179	(18.728)	21.847
Navegantes	-	28	-	(1)	-	32	-	58
PCH Holding	376.145	-	-	-	-	118.072	(58.743)	435.474
Pedra Cheirosa I	147.540	(9.500)	-	-	-	4.510	(1.568)	140.982
Pedra Cheirosa II	132.915	(4.400)	-	-	-	5.152	(9.498)	124.170
Pedra Preta	53.057	14.881	-	-	-	10.211	(17.524)	60.625
Plano Alto	25.042	-	-	-	-	26.889	(17.006)	34.925
Rosa dos Ventos	33.739	-	-	-	-	20.309	(10.303)	43.745
Salto Góes	95.370	-	-	-	-	21.714	(12.935)	104.149
Santa Clara I	122.003	(32.670)	(240)	-	-	8.569	(5.560)	92.102
Santa Clara II	93.010	(22.301)	(216)	-	-	7.870	(5.389)	72.974
Santa Clara III	97.670	(25.261)	(186)	-	-	9.133	(8.740)	72.616
Santa Clara IV	87.062	(18.401)	(146)	-	-	6.823	(4.638)	70.700
Santa Clara V	90.434	(18.901)	(138)	-	-	7.846	(7.319)	71.921
Santa Clara VI	84.130	(16.471)	(110)	-	-	5.595	(3.407)	69.737
Santa Cruz	24.117	-	-	-	-	1.065	-	25.183
Santa Luzia	174.866	-	-	-	-	34.083	(34.436)	174.513
SILF Cinco	56.007	-	-	-	-	27.827	(9.100)	74.734
Solar 1	-	-	-	(40)	-	979	-	940
Sul Centrais Elétricas	17.677	-	-	-	-	212	-	17.889
Turbina 16	903.351	240.600	-	-	-	94.228	(78.929)	1.159.250
Turbina 17	52.669	-	-	-	-	4.376	(708)	56.337
Total dos investimentos	5.418.718	326.277	(1.370)	(41)	64.555	778.772	(651.132)	5.935.779
Navegantes *	(1)	-	-	1	-	-	-	-
Solar 1 *	(40)	-	-	40	-	-	-	-
Total da provisão para perdas com investimentos	(41)	-	-	41	-	-	-	-

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Consolidado				
Investimentos	Investimentos em 31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimentos em 31/12/2021
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	170.166	9.722	(24.186)	155.702
Total dos investimentos	170.166	9.722	(24.186)	155.702

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, o empreendimento controlado em conjunto Baesa, em linha com a Lei nº 14.052/20, o Grupo reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 36.010, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 3.8 e 13.

11.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 13).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 13).

11.3 Dividendo a receber e Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

Dividendos

Controladas	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Alto Irani	-	1.718
Baesa	2.474	1
Bio Alvorada	9.466	-
Boa Vista 2	-	10.200
Cajueiro	10	-
Chimay	19.591	-
Costa Branca	2.137	4.532
Costa das Dunas	2.442	-
Dobrevê Energia	-	46.477
Eólica Paracuru	4.000	-
Farol de Touros	430	-
Jayaditya	4.524	-
Mohini	18.728	-
Juremas	2.068	2.354
Macacos	2.574	1.028
PCH Holding	-	3.000
Pedra Preta	2.709	1.685
Rosa dos Ventos	1.500	-
Santa Luzia	1.508	1.900
Siif Cinco	2.000	1.982
Sul Centrais Elétricas	1.030	1.030
Turbina 16	2.000	-
Turbina 17	708	-
	79.898	75.907

No consolidado, o saldo de dividendo a receber de R\$ 2.044 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020), refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2021 o montante de R\$ 526.718 a título de dividendos referente ao exercício de 2020 (R\$168.226 em 31 de dezembro de 2020, referente ao exercício de 2019). Adicionalmente, as controladas declararam em 2021 (i) R\$ 87.873 (R\$ 121.316 em 31 de dezembro de 2020) como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2021; (ii) R\$103.356 (R\$ 96.278 em 31 de dezembro de 2020) decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 12.355 (R\$ 4.814 em 31 de dezembro de 2020) como dividendo mínimo obrigatório. Em 2020, além desses montantes declarados, com as incorporações realizadas no exercício, foi acrescido ao saldo de dividendo a receber o montante de R\$ 3.987. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 601.932 (R\$ 408.512 em 31 de dezembro de 2020) foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2021.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Controladas	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Atlântica IV	-	7.300
Atlântica II	-	1.000
Baixa Verde	180	24
Cajueiro	150	-
Campos dos Ventos II	-	33.200
Costa Branca	-	17.986
Dobrevê Energia	-	111.450
Farol de Touros	-	26.487
Figueira Branca	-	12.045
Gameleira	-	29.599
Juremas	-	12.244
Macacos	-	20.798
Navegantes	22	-
Pedra Preta	-	14.780
Cherobim	36.790	-
Turbina 16	-	242.000
	37.142	528.914

11.4 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

11.4.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Costa Branca	Costa das Dunas	Farol de Touros	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	4.441	4.164	3.798	2.997	3.836	4.535	81.601	281	105.653
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,855%	10,00%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	1.155	702	459	984	1.256	1.222	16.286	160	22.224
Ganho em participação sem alteração no controle	624	1	17	437	799	492	-	-	2.370
Dividendos distribuídos a não controladores	(838)	(125)	(30)	(602)	(926)	(922)	(17.515)	(1)	(20.959)
Saldo em 31/12/2021	5.381	4.742	4.245	3.816	4.965	5.327	80.372	440	109.288
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,857%	6,468%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	

11.4.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são como segue:

	31/12/2021					
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Ativo circulante	6.122	7.107	6.176	9.612	11.035	43.814
Caixa e equivalentes de caixa	371	496	333	484	1.747	4.318
Ativo não circulante	72.854	51.189	67.774	67.056	122.772	254.651
Passivo circulante	6.401	10.957	12.715	8.018	12.003	35.808
Outros passivo financeiros	6.401	10.957	12.715	8.018	12.003	30.694
Passivo não circulante	2.489	1.980	2.483	2.479	1.000	115.293
Outros passivo financeiros	2.489	1.980	2.483	2.479	1.000	3.150
Patrimônio líquido	70.086	45.359	58.752	66.172	120.804	147.364

	31/12/2020					
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Ativo circulante	5.293	3.420	4.319	6.359	10.470	102.647
Caixa e equivalentes de caixa	379	277	320	266	2.918	19.727
Ativo não circulante	85.767	57.613	73.677	78.567	123.024	87.169
Passivo circulante	9.447	9.337	7.643	8.040	4.340	53.516
Outros passivo financeiros	9.447	9.337	7.643	8.040	4.340	53.516
Passivo não circulante	22.114	15.467	24.946	18.927	1.000	26.511
Outros passivo financeiros	22.114	15.467	24.946	18.927	1.000	26.511
Patrimônio líquido	59.499	36.230	45.407	57.959	128.155	109.788

	31/12/2021					
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Receita operacional líquida	18.996	15.413	20.079	19.772	58.266	38.650
Custo e despesa operacional	(5.999)	(3.838)	(5.699)	(4.793)	(189)	(13.633)
Depreciação e amortização	(3.970)	(2.683)	(3.417)	(3.553)	(8.121)	(3.854)
Receita de juros	1.144	586	902	1.009	227	2.270
Despesa de juros	(247)	(209)	(245)	(242)	(39)	(11.952)
Despesa de imposto sobre a renda	(1.108)	(699)	(961)	(987)	(1.928)	(1.981)
Lucro (prejuízo) líquido	8.911	8.646	10.730	11.296	48.238	13.122

	31/12/2020					
	Costa Branca	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros
Receita operacional líquida	16.144	10.941	15.169	17.037	48.025	-
Custo e despesa operacional	(3.689)	(2.202)	(4.408)	(3.623)	(1.100)	(243)
Depreciação e amortização	(3.849)	(2.636)	(3.350)	(3.423)	(5.670)	-
Receita de juros	2.570	1.165	1.817	2.412	73	223
Despesa de juros	(4.684)	(2.631)	(3.635)	(3.649)	(9)	(68)
Despesa de imposto sobre a renda	(1.378)	(724)	(1.081)	(1.347)	(1.561)	(19)
Lucro (prejuízo) líquido	5.141	3.914	4.512	7.420	39.809	(65)

11.4.3 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são como segue:

	Baesa	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	128.677	88.780
Caixa e equivalentes de caixa	52.595	15.338
Ativo não circulante	1.127.147	1.062.369
Passivo circulante	104.109	74.542
Outros passivo financeiros	78.221	74.542
Passivo não circulante	529.052	396.099
Outros passivo financeiros	435.853	396.099
Patrimônio líquido	622.664	680.508

	2021	2020
Receita operacional líquida	458.130	296.078
Custo e despesa operacional	(251.130)	61.621
Depreciação e amortização	(51.114)	(51.701)
Receita de juros	2.371	1.248
Despesa de juros	(102.569)	(85.357)
Despesa de imposto sobre a renda	(16.525)	(75.762)
Lucro (prejuízo) líquido	38.877	146.090

11.4.4 Empreendimento controlado em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

11.5 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para o Grupo.

(12) IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	4.147	-	97.920	583.617	591	1.444	84.985	772.704
Custo histórico	4.193	-	159.771	1.244.092	837	2.269	84.988	1.496.151
Depreciação acumulada	(46)	-	(61.852)	(660.474)	(246)	(825)	-	(723.443)
Adições	-	-	-	-	-	-	77.855	77.855
Baixas	(189,00)	(1.344,00)	(13.954,00)	(25.516)	(114)	(20)	-	(41.137)
Transferências	-	-	12.405	5.972	-	220	(18.597)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	3.971	3.971
Depreciação	(5,00)	(3.116,00)	(11.610)	(76.664)	(147)	(162)	-	(91.703)
Baixa da depreciação	-	929,00	685	16.550	18	12	-	18.194
Reestruturação Societária - custo	14.940,00	467.527,00	389.302	1.405.732	1.927	2.891	5.327	2.287.646
Reestruturação Societária - depreciação	-	(245.288,00)	(219.465)	(881.129)	(1.320)	(2.580)	-	(1.349.782)
Saldo em 31/12/2020	18.894	218.708	255.283	1.028.564	954	1.805	153.544	1.677.751
Custo histórico	18.945	466.183	547.521	2.630.280	2.650	5.360	153.544	3.824.484
Depreciação acumulada	(51)	(247.476)	(292.238)	(1.601.716)	(1.696)	(3.556)	-	(2.146.733)
Adições	-	-	-	-	-	-	92.792	92.792
Baixas	-	-	(15.973)	(13.564)	(606)	-	-	(30.143)
Transferências	-	10	-	73.848	-	-	(73.858)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Depreciação	(3)	(12.449)	(16.521)	(107.084)	(232)	(223)	-	(136.513)
Baixa da depreciação	-	1	3.454	8.177	575	-	-	12.207
Saldo em 31/12/2021	18.891	206.270	226.242	989.941	690	1.582	174.356	1.617.972
Custo histórico	18.945	466.193	531.549	2.690.564	2.044	5.360	174.356	3.889.010
Depreciação acumulada	(54)	(259.923)	(305.306)	(1.700.623)	(1.354)	(3.778)	-	(2.271.038)
Taxa média de depreciação 2021	2,73%	3,96%	5,11%	5,77%	13,82%	7,60%		
Taxa média de depreciação 2020	4,52%	2,84%	4,83%	13,67%	14,29%	6,27%		

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	136.345	809.279	557.240	5.417.528	632	3.043	248.017	7.172.083
Custo histórico	182.688	1.294.527	845.706	7.991.891	1.090	6.543	248.017	10.570.462
Depreciação acumulada	(46.343)	(485.249)	(288.466)	(2.574.363)	(458)	(3.500)	-	(3.398.380)
Adições	-	-	-	-	-	-	262.804	262.804
Baixas	(1.041)	(3.686)	(33.173)	(46.780)	(114)	(40)	-	(84.834)
Transferências	852	2.135	69.395	27.445	-	264	(100.092)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	3.930	3.930
Depreciação	(2.142)	(26.991)	(33.058)	(373.085)	(167)	(416)	-	(435.859)
Baixa da depreciação	40	1.814	691	29.974	18	24	-	32.560
Reestruturação Societária - custo	14.940	467.527	389.302	1.405.732	1.927	2.891	5.155	2.287.474
Reestruturação Societária - depreciação	-	(245.288)	(219.465)	(881.129)	(1.320)	(2.580)	-	(1.349.782)
Saldo em 31/12/2020	148.994	1.004.789	730.932	5.579.683	975	3.185	419.814	7.888.374
Custo histórico	197.440	1.778.757	1.283.287	9.501.883	3.084	9.791	419.814	13.194.056
Depreciação acumulada	(48.445)	(773.968)	(552.355)	(3.922.200)	(2.109)	(6.606)	-	(5.305.682)
Adições	-	-	-	-	-	-	452.058	452.058
Baixas	-	-	(83.971)	(54.149)	(606)	-	-	(138.726)
Transferências	2.170	631	53.718	425.129	-	73	(481.720)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Depreciação	(3.430)	(37.406)	(39.072)	(413.404)	(238)	(449)	-	(494.000)
Baixa da depreciação	-	1	6.381	16.199	575	-	-	23.156
Saldo em 31/12/2021	147.735	968.015	667.987	5.553.458	705	2.809	392.029	7.732.738
Custo histórico	199.610	1.779.388	1.253.034	9.872.863	2.477	9.864	392.029	13.509.264
Depreciação acumulada	(51.875)	(811.372)	(585.046)	(4.319.405)	(1.772)	(7.055)	-	(5.776.526)
Taxa média de depreciação 2021	1,92%	2,38%	3,75%	4,73%	13,92%	6,74%		
Taxa média de depreciação 2020	5,67%	5,80%	4,72%	5,88%	14,40%	6,44%		

Saldo de imobilizado em curso na controladora de R\$ 174.356 (R\$ 153.544 em 31 de dezembro de 2020) refere-se principalmente ao Plano de Recuperação e Disponibilidade (PRD) Suzlon e consumo de materiais e equipamentos em projetos em andamento, e no consolidado de R\$ 392.029 (R\$ 419.814 em 31 de dezembro de 2020) refere-se principalmente às obras de manutenção e construção da PCH Cherobin.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado nas notas 15 e 16, é de aproximadamente R\$ 679.350 (R\$ 818.561 em 31 de dezembro de 2020).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada

em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2021 e 2020 não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(13) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2019	837.588	25.621	863.209
Custo histórico	916.736	38.460	955.196
Amortização acumulada	(79.148)	(12.839)	(91.987)
Adições	-	8.113	8.113
Amortização	(64.430)	(4.451)	(68.881)
Baixa e transferência - outros ativos	(2.493)	(3.971)	(6.464)
Reestruturação Societária	75.581	3	75.584
Saldo em 31/12/2020	846.245	25.314	871.559
Custo histórico	1.766.660	42.689	1.809.349
Amortização acumulada	(920.416)	(17.374)	(937.790)
Adições	-	12.244	12.244
Amortização	(74.397)	(4.177)	(78.574)
Transferência - outros ativos	-	(1.877)	(1.877)
Saldo em 31/12/2021	771.848	31.504	803.352
Custo histórico	1.766.660	53.056	1.819.716
Amortização acumulada	(994.813)	(21.552)	(1.016.365)

	Consolidado			
	Direito de concessão			
	Adquirido em combinações de negócio	UBP/Intangível de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	2.443.398	-	42.987	2.486.385
Custo histórico	3.637.662	-	68.878	3.706.540
Amortização acumulada	(1.194.264)	-	(25.891)	(1.220.155)
Adições	-	8.679	8.350	17.029
Amortização	(161.006)	-	(5.698)	(166.704)
Baixa e transferência - outros ativos	(13.430)	-	(3.930)	(17.360)
Reestruturação societária	75.581	-	3	75.584
Saldo em 31/12/2020	2.344.542	8.679	41.712	2.394.934
Custo histórico	4.040.580	8.679	73.386	4.122.644
Amortização acumulada	(1.696.037)	-	(31.673)	(1.727.710)
Adições	-	125.940	13.932	139.872
Amortização	(169.229)	(3.167)	(5.392)	(177.788)
Baixa e transferência - outros ativos	(506)	-	(1.877)	(2.383)
Saldo em 31/12/2021	2.174.807	131.452	48.376	2.354.634
Custo histórico	4.040.074	134.619	85.441	4.260.134
Amortização acumulada	(1.865.267)	(3.167)	(37.065)	(1.905.499)

Os valores de amortização estão registrados como (i) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios; e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

13.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

Consolidado							
	31/12/2021			31/12/2020		Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2021	31/12/2020	
Intangível adquirido em combinações de negócio							
Intangível adquirido não incorporado							
Alto Irani	171.016	(84.829)	86.186	94.330	4,76%	4,76%	
Arvoredo	38.086	(18.944)	19.142	20.896	4,60%	4,60%	
Atlântica I	469	(115)	354	369	3,13%	3,13%	
Atlântica II	469	(114)	354	369	3,12%	3,12%	
Atlântica IV	469	(114)	354	369	3,12%	3,12%	
Atlântica V	469	(114)	354	369	3,12%	3,12%	
Baixa Verde	4.981	-	4.981	4.981	-	-	
Barra da Paciência	82.973	(54.321)	28.652	32.232	4,32%	4,32%	
Bio Ester	15.874	(8.723)	7.151	8.094	5,94%	5,94%	
Boa Vista 2	74.049	(7.154)	66.896	69.216	3,13%	3,13%	
Cajueiro	7.823	-	7.823	7.823	-	-	
Campo dos Ventos I	3.642	(740)	2.902	3.038	3,75%	3,75%	
Campo dos Ventos II	5.576	(1.426)	4.150	4.321	3,07%	3,07%	
Campo dos Ventos III	3.642	(749)	2.893	3.029	3,74%	3,74%	
Campo dos Ventos V	3.642	(740)	2.902	3.038	3,75%	3,75%	
Cocais Grande	29.297	(16.842)	12.455	14.012	5,31%	5,31%	
Corrente Grande	49.995	(32.459)	17.536	19.706	4,34%	4,34%	
Costa Branca	49.482	(11.769)	37.713	39.232	3,07%	3,07%	
Costa das Dunas	5.278	(142)	5.137	5.278	-	-	
Eólica Paracuru	234.646	(114.025)	120.621	131.929	4,82%	4,82%	
Eurus I	65.603	(15.097)	50.506	52.565	3,14%	3,10%	
Eurus III	65.603	(15.097)	50.506	52.565	3,14%	3,10%	
Eurus VI	1.311	(376)	936	975	3,02%	3,02%	
Farol de Touros	4.060	(20)	4.041	4.060	-	-	
Figueira Branca	2.436	(44)	2.392	2.436	-	-	
Figueirópolis	6.672	(2.482)	4.189	4.529	5,09%	5,09%	
Gameleira	3.248	(32)	3.216	3.248	-	-	
Juremas	40.751	(9.718)	31.034	32.288	3,08%	3,08%	
Ludesa	132.073	(52.761)	79.312	87.030	5,46%	5,44%	
Macaos	53.384	(12.730)	40.654	42.296	3,08%	3,08%	
Mata Velha	25.463	(8.791)	16.672	18.169	5,88%	5,19%	
Morro dos Ventos I	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos II	3.169	(646)	2.523	2.608	2,69%	2,41%	
Morro dos Ventos III	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos IV	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos VI	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos IX	53.150	(12.531)	40.619	42.329	3,22%	3,17%	
Ninho da Águia	29.297	(16.842)	12.455	14.012	5,31%	5,31%	
Paioi	58.594	(29.485)	29.109	31.838	4,66%	4,66%	
Pedra Cheirosa I	30.773	(5.631)	25.142	26.394	4,07%	4,07%	
Pedra Cheirosa II	32.772	(5.065)	27.706	28.832	3,43%	3,43%	
Pedra Preta	53.390	(12.699)	40.691	42.330	3,07%	3,07%	
Plano Alto	127.249	(63.120)	64.130	70.189	4,76%	4,76%	
Rosa dos Ventos	67.741	(28.944)	38.797	42.492	5,45%	5,45%	
Salto Góes	55.442	(18.202)	37.239	39.243	3,61%	3,61%	
Santa Clara I	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Clara II	5.229	(1.498)	3.732	3.889	3,02%	3,02%	
Santa Clara III	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Clara IV	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Clara V	5.229	(1.490)	3.739	3.896	3,00%	3,00%	
Santa Clara VI	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Luzia	88.167	(28.441)	59.726	62.570	3,23%	3,23%	
Santa Mônica	5.963	(1.109)	4.854	5.072	3,66%	3,66%	
Santa Ursula	5.963	(1.109)	4.854	5.072	3,66%	3,66%	
Santo Dimas	5.963	(1.112)	4.851	5.069	3,67%	3,67%	
São Benedito	5.963	(1.127)	4.836	5.054	3,66%	3,66%	
São Domingos	5.963	(1.095)	4.868	5.076	3,50%	3,50%	
São Gonçalo	32.226	(18.444)	13.782	15.487	5,29%	5,29%	
São Martinho	5.963	(1.109)	4.854	5.072	3,66%	3,66%	
SIIF Cinco	139.766	(68.468)	71.297	78.088	4,86%	4,86%	
Varginha	26.367	(15.158)	11.209	12.610	5,31%	5,31%	
Varzea Alegre	21.973	(12.631)	9.341	10.509	5,31%	5,31%	
Subtotal	2.273.414	(870.454)	1.402.959	1.498.298			
Intangível adquirido já incorporado - recomposto							
Eólica de Icarazinho	353.069	(171.571)	181.497	198.512	4,82%	4,82%	
Eólica de Formosa	227.113	(111.258)	115.855	126.889	4,86%	4,86%	
BVP Geradora	760.029	(348.654)	411.375	447.756	4,79%	4,79%	
Semesa	426.450	(363.329)	63.121	73.087	2,34%	2,34%	
Subtotal	1.766.660	(994.813)	771.848	846.245			
Total	4.040.074	(1.865.267)	2.174.807	2.344.542			

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

13.2 UBP/Intangível de concessão

Generation Scaling Factor (“GSF”)

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos

não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (“REN”) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (“ACR”) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência das alterações descritas, em dezembro de 2021 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia tiveram o impacto do registro de (i) R\$ 125.524 ativo intangível em contrapartida ao custo com energia elétrica, provenientes das controladas da CPFL Renováveis e (ii) R\$ 44.828 no investimento consolidado com contrapartida na equivalência patrimonial, proveniente da controlada em conjunto BAESA. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às subsidiárias do Grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de a 9,63%.

Outras informações sobre o intangível de concessão relacionado ao GSF (*Generation Scaling Factor*) estão divulgados nas notas explicativas 3.8 e 14.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

13.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2021 e 2020, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	77.870	100.513	79.383	87.589
Encargos de uso da rede elétrica	2.837	122	11.597	785
Materiais e serviços	50.594	38.861	86.709	91.105
Total	131.301	139.496	177.688	179.479
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	-	-	29.461	117.360
Materiais e serviços	-	2.756	-	2.756
Total	-	2.756	29.461	120.116

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora							
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Reestruturação Societária	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	217.292	-	-	(216.232)	6.950	-	(8.010)	-
TJLP e TLP	533.614	-	-	(191.086)	29.341	-	(29.991)	341.877
IGP-M	42.606	-	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
Total ao custo	793.512	-	-	(419.886)	48.672	-	(41.497)	380.799
Gastos com captação (*)	(2.583)	-	-	-	2.454	-	-	(129)
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	-	120.000	189.205	-	4.148	10.651	(4.727)	319.277
Marcação a mercado	-	-	2.492	-	(4.231)	-	-	(1.739)
Total ao valor justo	-	120.000	191.697	-	(83)	10.651	(4.727)	317.538
Total	790.929	120.000	191.697	(419.886)	51.043	10.651	(46.224)	698.208
Circulante	131.479							230.111
Não Circulante	659.450							468.098
Modalidade	Controladora							
	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021		
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
TJLP e TLP	341.877	(40.914)	20.539	-	(20.553)	300.949		
IGP-M	38.922	(16.125)	9.569	-	(3.161)	29.205		
Total ao custo	380.799	(57.039)	30.108	-	(23.714)	330.154		
Gastos com captação (*)	(129)	-	47	-	-	(82)		
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	319.277	(180.797)	5.218	20.066	(6.194)	157.570		
Marcação a mercado	(1.739)	-	(1.485)	-	-	(3.224)		
Total ao valor justo	317.538	(180.797)	3.733	20.066	(6.194)	154.346		
Total	698.208	(237.836)	33.888	20.066	(29.908)	484.419		
Circulante	230.111					59.621		
Não Circulante	468.098					424.796		
Modalidade	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2019	Captação	Reestruturação Societária	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	464.351	-	-	(462.424)	15.087	-	(17.013)	-
TJLP e TLP	2.625.676	3.000	-	(2.146.844)	119.294	-	(126.173)	474.954
IPCA	31.813	-	-	(31.706)	804	-	(911)	-
CDI	157.781	-	-	(26.000)	3.929	-	(5.868)	129.842
IGP-M	42.606	-	-	(12.568)	12.381	-	(3.496)	38.922
Total ao custo	3.322.227	3.000	-	(2.679.542)	151.495	-	(153.461)	643.718
Gastos com captação (*)	(20.773)	-	-	-	17.667	-	-	(3.106)
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Dólar	-	120.000	189.205	-	4.148	10.651	(4.727)	319.277
Marcação a mercado	-	-	2.492	-	(4.231)	-	-	(1.739)
Total ao valor justo	-	120.000	191.697	-	(83)	10.651	(4.727)	317.538
Total	3.301.454	123.000	191.697	(2.679.542)	169.079	10.651	(158.188)	958.150
Circulante	404.779							272.016
Não Circulante	2.896.675							686.135

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP e TLP	474.954	-	(50.245)	29.545	-	(29.547)	424.706
IPCA	-	178.500	-	15.835	-	(10.051)	184.284
CDI	129.842	-	(33.801)	4.472	-	(3.082)	97.432
IGP-M	38.922	-	(16.125)	9.569	-	(3.161)	29.205
Total ao custo	643.718	178.500	(100.171)	59.421	-	(45.841)	735.627
Gastos com captação (*)	(3.106)	-	-	(1.241)	-	-	(4.347)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	319.277	-	(180.797)	5.218	20.066	(6.194)	157.570
Marcação a mercado	(1.739)	-	-	(1.485)	-	-	(3.224)
Total ao valor justo	317.538	-	(180.797)	3.733	20.066	(6.194)	154.347
Total	958.150	178.500	(280.968)	61.913	20.066	(52.035)	885.627
Circulante	272.016						122.422
Não Circulante	686.135						763.205

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2021	31/12/2020		
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	(a) 424.707	474.288	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 5%	-	666	2019 a 2021	Fiança Bancária
		424.707	474.954		
IPCA					
BNB	IPCA + de 1,36% a 1,48%	184.284	-	2022 a 2044	(i) Alienação Fiduciária de Bens; (ii) Alienação Fiduciária de Recebíveis; (iii) Penhor de Ações; (iv) Penhor de Direitos Emergentes autorizados pela Aneel; (v) Penhor de Recebíveis / Direitos Creditórios de Contratos Operacionais; (vi) Garantia Corporativa da Controladora; (vii) Garantia Bancária; (viii) Conta reserva
CDI					
Empréstimos bancários	105% do CDI e CDI + 1,9%	(b) 97.432	129.843	2016 a 2023	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e Fiança da CPFL Renováveis
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%	29.205	38.922	2013 a 2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Total moeda nacional		735.628	643.719		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de (2,07% a 3,29%)	157.570	319.277	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(3.224)	(1.739)		
Total moeda estrangeira		154.346	317.538		
Gastos com captação (*)		(4.347)	(3.106)		
Total		885.627	958.151		

(*) Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxas de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Conforme segregado nos quadros acima, o Grupo, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 4.347 que subtraídas as perdas não realizadas obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 1.941, contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 2.406.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	105.501	172.901
2024	93.069	107.886
2025	93.069	107.898
2026	40.915	55.743
2027	40.915	55.743
2028 a 2032	54.553	128.697
2033 a 2037	-	74.144
2038 a 2042	-	54.287
2043 a 2047	-	9.130
Subtotal	428.020	766.429
Marcação a mercado	(3.224)	(3.224)
Total	424.796	763.205

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada %</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>% da dívida</u>	
			<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IGP-M	17,79	23,14	3,97	4,06
IPCA	10,06	-	25,05	-
TJLP	4,80	4,87	57,74	49,25
CDI	4,40	2,78	13,24	46,69
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

No exercício de 2021, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

Modalidade Empresa	Total aprovado	Liberado em 2021	Liberado líquido dos gastos de captação	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual e taxa efetiva anual
Moeda nacional							
IPCA - BNB							
Costa das dunas	70.482	62.500	62.500	Trimestral até 02/22	Mensal após 02/22	Investimento	IPCA + 1,36%
Farol de Touros	61.672	55.500	55.500	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%
Figueira Branca	26.430	23.000	23.000	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%
Gameleira	44.051	37.500	37.500	Trimestral até 05/22	Mensal após 05/22	Investimento	IPCA + 1,48%
	202.635	178.500	178.500				

Pré-pagamento

No ano de 2021, foram liquidados antecipadamente R\$ 1.737 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até outubro de 2030.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora				
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Pós fixado					
TJLP	337.885	(345.010)	9.238	(2.111)	-
CDI	996.644	(153.000)	28.672	(32.199)	840.117
IPCA	280.699	-	27.622	(15.333)	292.988
Total ao custo	1.615.228	(498.010)	65.532	(49.643)	1.133.105
Gastos com captação (*)	(11.825)	-	8.339	-	(3.486)
Total	1.603.403	(498.010)	73.871	(49.643)	1.129.619
Circulante	201.019				8.293
Não Circulante	1.402.384				1.121.326

Modalidade	Controladora			
	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Pós fixado				
CDI	840.117	38.425	(31.174)	847.367
IPCA	292.988	46.652	(16.186)	323.455
Total ao custo	1.133.105	85.077	(47.360)	1.170.822
Gastos com captação (*)	(3.486)	1.171	-	(2.315)
Total	1.129.619	86.248	(47.360)	1.168.507
Circulante	8.294			810.993
Não Circulante	1.121.326			357.514

Modalidade	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020
Pós fixado					
TJLP	438.991	(448.249)	12.001	(2.744)	-
CDI	996.644	(153.000)	28.671	(32.199)	840.117
IPCA	280.699	-	27.622	(15.333)	292.988
Total ao custo	1.716.334	(601.249)	68.294	(50.276)	1.133.105
Gastos com captação (*)	(13.082)	-	9.596	-	(3.486)
Total	1.703.252	(601.249)	77.890	(50.276)	1.129.619
Circulante	212.251				8.293
Não Circulante	1.491.001				1.121.326

Modalidade	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Pós fixado				
CDI	840.117	38.425	(31.174)	847.367
IPCA	292.988	46.652	(16.186)	323.455
Total ao custo	1.133.105	85.077	(47.360)	1.170.822
Gastos com captação (*)	(3.486)	1.171	-	(2.315)
Total	1.129.619	86.248	(47.360)	1.168.507
Circulante	8.294			810.993
Não Circulante	1.121.326			357.514

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Vencimento	Garantias
		31/12/2021	31/12/2020		
Mensurado ao custo - Pós fixado					
CDI	De 104,75% a 110% do CDI	(a) 847.368	840.117	2019 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + 5,62%	(b) 323.455	292.988	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia
		1.170.822	1.133.105		
	Custos de captação (*)	(2.315)	(3.486)		
	Total	1.168.507	1.129.619		

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, o Grupo classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	357.514	357.514
Total	357.514	357.514

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias.

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021, no entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

17.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 11.5, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2021</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	173.628
Valor justo dos ativos do plano	(125.975)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	47.653
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	47.653
	<u>31/12/2020</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	175.300
Valor justo dos ativos do plano	(122.879)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	52.421
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	52.421

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	<u>152.254</u>
Custo do serviço corrente bruto	108
Juros sobre obrigação atuarial	11.274
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	22.053
Benefícios pagos no ano	(10.371)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	175.300
Custo do serviço corrente bruto	149
Juros sobre obrigação atuarial	13.019
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Benefícios pagos no ano	(12.487)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	173.628
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	<u>(105.914)</u>
Rendimento esperado no ano	(8.400)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Contribuições de patrocinadoras	(3.037)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.899)
Benefícios pagos no ano	10.371
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(122.880)
Rendimento esperado no ano	(9.141)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Contribuições de patrocinadoras	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Benefícios pagos no ano	12.487
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(125.975)

17.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 30/09/2020	33.638
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	704
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.330)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	34.578
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.151)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	52.421
Outras contribuições	26
Total passivo	52.447
Circulante	3.149
Não Circulante	49.298
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	52.421
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.027
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	47.654
Outras contribuições	28
Total passivo	47.682
Circulante	7.786
Não Circulante	39.896

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 7.700.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	
2022	15.294
2023	15.574
2024	15.864
2025	16.126
2026 a 2031	100.774
Total	163.632

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,8 anos.

17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2022 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2021 são como segue:

	2022 estimadas
Custo do serviço	34
Juros sobre obrigações atuariais	15.637
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.515)
Total da despesa (receita)	4.156

	2021 realizadas
Custo do serviço	149
Juros sobre obrigações atuariais	13.019
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.141)
Total da despesa (receita)	4.027

	2020 realizadas
Custo do serviço	108
Juros sobre obrigações atuariais	11.274
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.400)
Total da despesa (receita)	2.982

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,40% a.a.	5,31% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	2021	2020
Renda fixa	69%	77%
Títulos públicos federais	38%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Outros investimentos de renda fixa	28%	8%
Renda variável	26%	18%
Ações da CPFL Energia	0%	0%
Fundos de investimento em ações	26%	18%
Investimentos estruturados	1%	1%
Fundos de participação	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado ativo	96%	96%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	2%	1%
Depósitos judiciais e outros	2%	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2022
Renda Fixa	45,0%
Renda variável	32,6%
Imóveis	2,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	10,0%
Investimentos no exterior	8,6%
	100,00%

A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são.

As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<u>Aumento (redução)</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	3.879 (3.727)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(4.143) 4.099

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,41%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,16% a.a. e 9,66% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da Vivest e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	72.579	-	91.387	22.344
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	22.332	878	30.765	10.488
Imposto de renda e contribuição social a recolher	94.911	878	122.153	32.832
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	309	1.995	1.593
Programa de integração social - PIS	2.903	5.132	4.165	6.582
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.101	22.297	22.758	27.524
Outros	8.160	28.738	10.359	31.979
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	29.165	56.475	39.277	67.678
Total Circulante	124.076	57.353	161.429	100.509
Não circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.289	-	4.444	-
Contribuição Social a pagar	851	-	861	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.139	-	5.305	-
ICMS a pagar	-	-	874	839
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	874	839
Total Não circulante	5.139	-	6.178	839

O Grupo possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES

	Controladora		Consolidado			
	Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1)	8.900	6.474	-	-	130.392	38.432
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2)	44.637	53.442	2.046	19.946	152.812	184.955
Total	53.538	59.916	2.046	19.946	283.205	223.388

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	9.410	2.478	8.077	1.923
Cíveis	118.885	3.517	26.718	3.435
Fiscais	2.098	11.850	3.637	11.149
Outros	-	83	-	83
Total	130.392	17.928	38.432	16.590

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	8.077	1.584	(481)	(339)	568	9.410
Cíveis	26.718	149.543	(67.983)	(820)	11.427	118.885
Fiscais	3.637	1.962	-	(3.638)	137	2.098
Total	38.432	153.089	(68.465)	(4.797)	12.132	130.392

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	
Trabalhistas	3.548	3.373	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	277.492	381.890	danos pessoais
Fiscais	1.542.248	1.379.283	Imposto de renda e contribuição social (nota 18)
Fiscais - Outros	1.026.601	968.376	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	12.089	3.964	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	2.861.978	2.736.886	

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração do Grupo esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, o Grupo permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 265.901, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 356.870 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 12.5). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 607.527 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERS Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 368.710 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

A Administração do Grupo, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 8,55% (3,77% em 31 de dezembro de 2020) para as provisões de desmobilização e 8,43% (3,77% em 31 de dezembro de 2020) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	Controladora			
	31/12/2019	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2020
Desmobilização de ativos	62.288	(13.106)	4.260	53.442
Total	62.288	(13.106)	4.260	53.442

	Controladora			
	31/12/2020	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2021
Desmobilização de ativos	53.442	(12.789)	3.984	44.637
Total	53.442	(12.789)	3.984	44.637

	Consolidado				
	31/12/2019	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2020
Desmobilização de ativos	203.323	-	(32.400)	13.906	184.829
Custos socioambientais	25.006	(6.244)	-	1.309	20.071
Total	228.329	(6.244)	(32.400)	15.215	204.900
Circulante	24.485				19.946
Não Circulante	203.844				184.955

	Consolidado					
	31/12/2020	Adições	Pagamentos	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2021
Desmobilização de ativos	184.829	5.863	-	(66.940)	13.434	137.187
Custos socioambientais	20.071	2.829	(1.722)	(4.593)	1.087	17.671
Total	204.900	8.692	(1.722)	(71.533)	14.521	154.859
Circulante	19.946					2.046
Não Circulante	184.955					152.812

(20) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Biomassa	-	-	7.784	7.640
Eólicas	31.164	98.856	356.839	383.738
Pequenas Centrais Hidrelétricas	-	-	88.285	77.888
	31.164	98.856	452.908	469.266
Total do circulante	30.530	98.070	410.038	444.640
Total do não circulante	634	786	42.870	24.626

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e Concessionárias	1.480	1.317	-	-	1.892	14.743	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	129	104	-	-	129	326	-	3.558
EPE / FNDCT (*)	6	6	-	-	6	6	-	-
Folha de pagamento	2.891	1.588	-	-	3.146	1.588	-	-
Participação nos lucros	12.936	13.281	1.019	2.093	12.936	13.281	1.019	2.093
Aluguéis a pagar	539	-	-	-	539	-	-	-
Taxas regulamentares	22.300	22.211	-	-	22.802	22.219	-	-
Outros	4.970	1.611	-	-	17.139	23.116	1.656	1.657
Total	45.252	40.119	1.019	2.093	58.590	75.279	2.675	7.308

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Geração de Energia S.A.	301.937.338	50,85%	301.937.338	50,85%
CPFL Energia S.A.	291.845.166	49,15%	291.845.166	49,15%
Total	593.782.504	100,00%	593.782.504	100,00%

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2021, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 0,79 vezes o EBITDA em 2021 (1,14 vezes em 2020), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA” e “Leilão”, respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração (“Ofertante”) adquiriu 183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos).

Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 (“AGE”), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remaneceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

22.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 4.032.292 em 31 de dezembro de 2020), representado por 593.782.504 (593.782.504 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

22.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 588.009 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 590.379 em 31 de dezembro de 2020).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

22.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 853.598 (R\$ 962.778 em 31 de dezembro de 2020), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 124.030 (R\$ 50.869 em 31 de dezembro de 2020); ii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iii) Dividendos adicionais propostos de R\$ 613.448 (R\$ 748.303 em 31 de dezembro de 2020), constituído a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2021 da Companhia.

22.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 308.883;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 54.324.

22.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Para o exercício de 2021, os dividendos intercalares foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 347.509, apresentado na forma de dividendos intermediários declarados conforme proposta de destinação e aprovados pelas AGEs no dia 07 de Outubro de 2021 e 20 de dezembro de 2021.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2020	2020
Energia comprada para revenda	261.804	171.214	391.853	246.426
Crédito de PIS e COFINS	(24.217)	(14.524)	(24.529)	(12.065)
Subtotal	237.587	156.690	367.324	234.361
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	32.735	28.921	115.753	108.310
Crédito de PIS e COFINS	(3.028)	(2.686)	(3.139)	(2.743)
Subtotal	29.707	26.236	112.615	105.567
Total	267.294	182.925	479.939	339.928

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda - GWh	1.464	1.238	2.520	2.215
Total	1.464	1.238	2.520	2.215

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Custo com operação		Despesas operacionais						Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	16.634	2.325	-	-	26.345	67.459	-	-	42.979	69.784
Entidade de previdência privada	4.031	1.173	-	-	-	-	-	-	4.031	1.173
Material	14.631	13.026	-	-	1.111	3.051	-	-	15.742	16.077
Serviços de terceiros	16.525	19.359	-	34	12.013	36.138	-	-	28.538	55.531
Outros	3.932	6.440	-	-	6.983	13.854	4.594	33.660	15.509	53.954
Arrendamentos e aluguéis	1.496	6.327	-	-	1.846	3.719	-	-	3.342	10.045
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	1.911	423	-	-	1.911	423
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	1.773	5.659	-	-	1.773	5.659
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	458	-	-	-	458	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	4.456	33.588	4.456	33.588
Outros	2.436	113	-	-	995	4.053	138	72	3.569	4.239
Total	55.753	42.323	-	34	46.452	120.501	4.594	33.660	106.799	196.519

	Consolidado									
	Custo com operação		Despesas operacionais						Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Pessoal	49.468	39.022	-	71.175	69.523	-	-	120.643	108.545	
Entidade de previdência privada	4.030	1.173	-	-	-	-	-	4.030	1.173	
Material	24.955	24.549	-	4.109	5.063	-	-	29.064	29.612	
Serviços de terceiros	146.043	143.644	34	58.666	44.823	-	-	204.709	188.501	
Outros	41.527	40.426	-	81.858	23.905	41.806	48.145	165.191	112.476	
Arrendamentos e aluguéis	25.612	22.449	-	6.142	6.203	-	-	31.754	28.652	
Publicidade e propaganda	10	88	-	1.913	440	-	-	1.923	528	
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	70.083	11.872	-	-	70.083	11.872	
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	458	-	-	-	458	-	
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	40.973	47.369	40.973	47.369	
Amortização de prêmio pago - GSF	5.822	4.909	-	-	-	-	-	5.822	4.909	
Outros	10.083	12.980	-	3.263	5.389	833	776	14.179	19.146	
Total	266.023	248.814	34	215.808	143.314	41.806	48.145	523.637	440.307	

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	10.235	5.807	35.220	32.723
Atualizações monetárias, juros e multas	10.639	8.692	6.881	7.211
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.306)	(1.269)	(1.425)	(1.564)
Receita decorrente de liquidações CCEE	6.141	14.083	24.039	50.753
Outros	336	1.038	12.303	9.680
Total	26.044	28.352	77.018	98.805
Despesas				
Encargos de dívidas	(87.737)	(101.754)	(118.446)	(221.760)
Atualizações monetárias e cambiais	(39.909)	(25.538)	(51.599)	(27.894)
(-) Juros capitalizados	-	-	5.216	-
Juros sobre contratos de mútuo	(118.661)	(63.490)	(115.636)	(43.798)
Atualização de débitos fiscais	(6.267)	(2.223)	(7.112)	(3.064)
Ajuste a valor presente	(3.705)	(4.261)	(13.374)	(15.217)
Comissoes, encargos e tarifas bancarias	(2.601)	(5.252)	(8.244)	(10.945)
Despesa decorrente de liquidações CCEE	(5)	(4.465)	(9.450)	(15.163)
Pré pagamento de dívidas	-	(767)	-	(29.949)
Outros	(32)	(151)	(419)	(31.418)
Total	(258.917)	(207.901)	(319.064)	(399.208)
Resultado financeiro	(232.873)	(179.549)	(242.047)	(300.404)

As rubricas de despesas com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos do ganho com instrumentos derivativos no montante de R\$ 14.432 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.593 em 31 de Dezembro de 2020 (nota 31)).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os juros capitalizados sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23, foram registrados no montante de R\$ 5.216. Para o exercício de 2020, não haviam juros capitalizados sobre os ativos qualificáveis.

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- b) **Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.116.305, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.

Ativo

Mútuo com controladas e coligadas	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
SPE Bio Alvorada Ltda.	20.608	20.908
SPE Bio Coopcana Ltda.	19.115	19.393
Ventos de Santo Dimas Ltda.	4.108	17.037
São Benedito Energias Ltda.	5.233	15.455
Mata Velha Energética Ltda.	6.209	14.942
São Domingos Energias Ltda.	3.572	14.047
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	-	13.403
Santa Úrsula Energias Ltda.	9.370	13.296
Santa Mônica Energias Ltda.	3.886	12.133
SPE Salto Góes Ltda.	1.075	11.972
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	-	11.337
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	6.090	9.848
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.	-	8.940
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	1.735	6.805
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	-	6.556
DESA Eurus III Ltda.	-	6.245
Ventos de São Martinho Ltda.	3.527	6.031
Pedra Cheirosa II Ltda.	-	5.925
Campo dos Ventos II Ltda.	3.107	3.148
Atlantica I Pq Eolico Ltda.	-	3.139
Atlantica V Pq Eolico Ltda.	-	2.985
SPE Varginha Energia Ltda.	1.842	2.839
DESA Morro dos Ventos II Ltda.	-	2.795
Energética Novo Horizonte Ltda.	2.382	2.417
Outras controladas	-	6.958
Total	91.858	238.558
Circulante	91.858	238.558
	-	-

Passivo

Mútuo com controladas e coligadas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
State Grid Power Participações S.A.	2.116.304	2.025.022	2.116.304	2.084.052
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	83.062	79.644	-	-
SPE Alto Irani S.A.	55.576	56.490	-	-
SPE Plano Alto Energia S.A.	31.575	33.326	-	-
CPFL Comercial Brasil SA	-	-	9.447	-
TI NECT Serv.Inform. LTDA	-	-	15.340	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	69.176	-
Total	2.286.517	2.194.481	2.210.267	2.084.052
Circulante	-	2.026.115	93.962	2.084.052
Não Circulante	2.286.517	168.367	2.116.305	-

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

O Grupo possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 2.028 (R\$ 8.304 em 2020), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue :

	DESPESA	
	2021	2020
Compra e venda de energia e encargos		
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	11.550	10.908
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	74	66
Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energ	17	15
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	1.924	1.770
Canarana Transmissoras de Energia S.A.	189	181
Catxere Transmissora de Energia S.A.	181	176
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	376	308
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	151	121
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A	300	281
Iracema Transmissora de Energia S.A.	83	75
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	680	700
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.	114	105
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	152	143
Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A.	13	13
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	17	16
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	653	585
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	444	425
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S	1.204	1.137
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	125	120
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.	340	322
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	112	107
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	411	393
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	111	107
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A	3.878	3.742

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Alocação de despesas (a)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	2	-	27	3	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	75	145
Companhia Piratininga de Força e Luz	3	-	-	-	-	-	27	91
CPFL Geração Energia S.A.	305	-	923	-	-	-	2.721	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	5	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	-	-	1	-	-	20	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	2	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	2	-	-	-	-	-	20	-
CPFL Total Serv. Adm.	20	-	-	-	-	-	80	-
CPFL Atende Cent.Cont. At	7	-	-	-	-	-	80	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	2	-	-	-	-	-	20	-
Adiantamentos (d)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	47.081	44.517	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	3.122	2.369	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	3.985	2.642	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	640	484	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	-	-	1.920	1.525	-	-	-	-
Outros	-	-	-	17	-	-	-	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	35	-	-	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	60	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	49	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	57	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	22	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos (c)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	40.471	27.533	-	-	565.329	500.205	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	5.436	-	-	-	535	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	34.215	15.086	356	-	207.377	52.595	1.319	5.471
Companhia Piratininga de Força e Luz	20.348	9.872	-	-	112.276	39.888	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	66	-	-
Companhia Leste Paulista Energia	-	-	-	-	-	5	-	-
Companhia Sul Paulista Energia	-	-	-	-	-	9	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	3.124	185	-	-	9.440	1.547	494	349
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	2	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	114	2	1
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	816	446	12	-	4.442	3.905	32	101
CPFL Transmissora Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	2	8
CPFL Transmissora Morro Agudo	-	-	-	-	-	-	3	9
Imobilizado, materiais e prestação de serviços (e)								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	18	7
Companhia Piratininga de Força e Luz	3	-	1	3	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	1	-	-	-	-	-	2	-
CPFL Geração Energia S.A.	249	-	-	-	-	-	652	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	493	3.061	-	-	11.095	15.368
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	744	477	-	-	661	408
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	1.684	1.304	-	-	1.304	894
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	12.854	10.376	-	-	8.767	7.679
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	-	-	32	28	-	-	190	119
Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	455	-	-	-	-	221
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	84	-	-	-	-	92
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	11
Mútuo (b)								
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	69.176	-	-	-	3.004	29
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	11.545
State Grid Brazil	-	-	2.116.304	-	-	-	111.647	32.224
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	9.447	-	-	-	375	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	15.339	-	-	-	609	-
Outros								
CPFL Energia S.A	-	-	97.011	-	-	-	-	-

(29) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2021	31/12/2020
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirrisco	1.676.000	2.408.465
Transporte	Nacional e Internacional	26.615	69.101
Responsabilidade civil	Geral, Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e RETA	100.000	140.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	140.205	124.060
Garantia	Seguro Garantia	844.890	559.707
Outros	Outros	150.000	150.000
Total		2.937.710	3.451.334

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o

Conselho de Administração da CPFL Energia no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo está exposto. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a o Grupo têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Nota explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				31/12/2021		31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	35.099	35.099	89.588	89.588
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	18.610	18.610	474.169	474.169
Derivativos	30	(a)	Nível 2	32.724	32.724	32.724	32.724
Total				86.433	86.433	596.481	596.481
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	330.073	330.127	731.282	730.932
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos(**)	16	(a)	Nível 2	154.345	154.345	154.345	154.345
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2	1.168.507	1.164.035	1.168.507	1.164.035
Total				1.652.925	1.648.507	2.054.134	2.049.312

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2021 (ganho de R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em

31 de dezembro de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	32.724	-	32.724	34.665	(1.941)	US\$ + de 2,07%	CDI + 0,8%	fev/25	120.000
Total	32.724	-	32.724	34.665	(1.941)				
Circulante	-								
Não circulante	32.724								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Derivativos				
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	85.443	19.248	(70.026)	34.665
Marcação a mercado (*)	2.636	(4.577)	-	(1.941)
Total	88.079	14.671	(70.026)	32.724
Ativo circulante	60.338			-
Ativo não circulante	27.741			32.724

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 4.577 (ganho R\$ 2.636 em 31 de dezembro de 2020), para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2021	2020	2021	2020
Variação cambial	19.248	11.674	-	-
Marcação a mercado	(4.816)	919	-	(238)
	14.432	12.593	-	(238)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado do Grupo. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Consolidado					
Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(154.346)		(16.241)	26.406	69.053
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	157.690		16.593	(26.978)	(70.549)
	3.344	baixa dolar	352	(572)	(1.496)
Total	3.344		352	(572)	(1.496)
Efeitos no resultado do exercício			352	(572)	(1.496)

- (a) A taxa de câmbio considerada em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar.
- (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 6,17 e a depreciação cambial de 10,52%, referente ao dólar em 31 de dezembro de 2021.
- (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Consolidado							
Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	586.079				71.443	89.304	107.165
Instrumentos financeiros passivos	(3.155.067)				(384.603)	(480.753)	(576.904)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(124.966)				(15.233)	(19.042)	(22.850)
	(2.693.953)	alta CDI	4,40%	12,19%	(328.393)	(410.491)	(492.589)
Instrumentos financeiros passivos	(29.205)				(1.936)	(2.420)	(2.904)
	(29.205)	alta IGP-M	17,79%	6,63%	(1.936)	(2.420)	(2.904)
Instrumentos financeiros passivos	(424.706)				(25.822)	(32.278)	(38.733)
	(424.706)	alta TJLP	4,80%	6,08%	(25.822)	(32.278)	(38.733)
Instrumentos financeiros passivos	(507.739)				(27.418)	(34.272)	(41.127)
	(507.739)	alta IPCA	10,06%	5,40%	(27.418)	(34.272)	(41.127)
Total	(3.655.603)				(383.569)	(479.461)	(575.353)
Efeitos no resultado do exercício					(383.569)	(479.461)	(575.353)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
- (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID - 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota Explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	177.688	-	-	29.461	-	-	207.149
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	39.576	23.499	114.352	434.605	282.283	522.642	1.416.957
Debêntures - principal e encargos	17	17.710	76.523	816.204	358.667	-	-	1.269.103
Taxas regulamentares		22.802	-	-	-	-	-	22.802
Outros	20	1.899	-	-	-	-	-	1.899
Consumidores e concessionárias		1.892	-	-	-	-	-	1.892
EPE / FNDCT		6	-	-	-	-	-	6
Total		259.675	100.022	930.556	822.733	282.283	522.642	2.917.910

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

O Grupo limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

O Grupo considera que o seus caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício de 2020 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- B- global, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações oriundas de incorporação:				
Contas a receber	-	87.973	-	87.973
Dividendos e JCP a receber	-	3.987	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	72	-	-
Impostos a recuperar	-	23.685	-	23.506
Derivativos	-	77.728	-	77.728
Outros créditos	-	8.997	-	8.997
Depósitos judiciais	-	1.746	-	1.746
Baixas de AFAC em subsidiárias	-	2.858	-	-
Investimentos em joint ventures	-	125.772	-	125.772
Baixa de investimentos em subsidiárias	-	4.990	-	-
Imobilizado líquido de depreciação	-	937.862	-	937.690
Intangível líquido de amortização	-	75.583	-	75.583
Fornecedores	-	5.089	-	5.089
Empréstimos e financiamentos	-	190.222	-	190.222
Impostos diferidos passivo	-	192.874	-	171.519
Previdência privada	-	33.574	-	28.802
Obrigações tributárias	-	126.554	-	126.513
Obrigações trabalhistas	-	3.021	-	3.021
Outros passivos	-	13.275	-	18.042
Provisões para contingências	-	270	-	270
Empréstimos com controladas e controladora	-	1.269	-	5.356
	-	1.917.401	-	1.887.829
Outras transações:				
Transferência entre outros créditos e fornecedores	-	-	25.580	-
Transferência entre imobilizado e intangível	1.877	3.971	1.877	3.930
Dividendos deliberados a receber de controladas	640.932	380.435	24.185	1
Dividendos propostos a pagar para minoritários	-	-	20.959	16.410
Dividendos propostos a pagar para controladoras	1.599.440	238.007	1.599.440	238.007
Reversão dividendos deliberados para aumento de capital em controladas	10.200	-	-	-
Provisão para perda com investimentos	41	254	-	-
Aumento de capital com AFAC de controladas	529.665	-	-	-
Reversão de custos socioambientais no imobilizado	4.250	13.106	70.507	32.400

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração					Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	31 anos	98.102	202.314	211.525	3.098.062	3.610.003
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	31 anos	51.715	102.042	99.589	1.594.092	1.847.438
Projetos de construção de usina	2 anos	133.593	72.787	151	-	206.531
Arrendamentos e aluguéis	29 anos	26.537	47.578	42.629	287.590	404.334
Total		309.947	424.721	353.895	4.979.744	6.068.306

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

FUTAO HUANG
Vice-presidente

YUNWEI LIU
EDUARDO DOS SANTOS SOARES
Conselheiros

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e
Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e
Solar

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0

Demonstrações financeiras

CPFL Energias Renováveis S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Diretores da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo

aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de tributos diferidos ativos

Conforme divulgado nas notas explicativas 9.1 e 9.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 540.834 mil na controladora e no consolidado, relativo a imposto de renda (R\$ 397.707 mil) e contribuição social (R\$ 143.127 mil) diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela Diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. A recuperabilidade dos ativos reconhecidos pode variar se forem aplicadas diferentes premissas para a projeção dos lucros tributáveis e a capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor recuperável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como os aspectos legais e formais que podem determinar a dedutibilidade ou não desses valores, sendo baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do tributos diferidos e, conseqüentemente, nos montantes registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) com o apoio de nossas especialistas em avaliação, entendimento e validação das principais premissas utilizadas pela Diretoria nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das receita, custos e despesas, comparando, quando disponível, com outras fontes externas, bem como a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Diretoria; (ii) o envolvimento de nossos especialistas tributários para nos auxiliar na análise da adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais na determinação da base de prejuízos fiscais, e nos efeitos sobre a base fiscal das reversões das diferenças temporárias. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia com relação aos tributos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos tributos diferidos ativo, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos tributos diferidos ativo adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 10 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da **CPFL Energias Renováveis** do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **CPFL Energias Renováveis** do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Campinas, 10 de Março de 2022.

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente
Chief Executive Officer

STATEMENT

In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officer and the officers of CPFL Energias Renováveis S.A, a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 08.439.659/0001-50, hereby stated that:

- a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S on the financial statements of **CPFL Energias Renováveis**, for the year ended December 31, 2021;
- b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of **CPFL Energias Renováveis**, for the year ended December 31, 2021;

Campinas, March 10, 2022.

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores
Chief Financial and Investor
Relations Officer